



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Farroupilha

PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS TÉCNICOS  
**INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

---

# TÉCNICO EM **EDIFICAÇÕES**

---

*Campus Panambi*

---

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

# TÉCNICO EM **EDIFICAÇÕES** SUBSEQUENTE

---

*Campus Panambi*

Curso Criado e Aprovado o Projeto Pedagógico de Curso pela Resolução CONSUP nº 19, de 02 de julho de 2010 e Retificado pela Resolução CONSUP nº 45, de 20 de junho de 2013.

Projeto Pedagógico do Curso reformulado pela:

Resolução CONSUP Nº 59, de 22 de dezembro de 2010.

Resolução *Ad Referendum* Nº 16, de 20 de abril de 2011.

Resolução CONSUP nº 120, de 28 de novembro de 2014



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA FARROUPILHA



**Michel Temer**

Presidente da República

**Ana Rita Kraemer da Fontoura**

Diretora Geral do Campus

**Mendonça Filho**

Ministro da Educação

**Alessandro Callai Bazzan**

Diretor de Ensino Campus

**Eline Neves Braga Nascimento**

Secretário da Educação Profissional e  
Tecnológica

**Jorge Alberto Lago Fonseca**

Coordenador Geral de Ensino do Campus

**Carla Comerlato Jardim**

Reitora do Instituto Federal Farroupilha

**Fabiane van Ass Malheiros**

Coordenadora do Eixo Tecnológico  
Infraestrutura

**Edison Gonzague Brito da Silva**

Pró-Reitor de Ensino

**Equipe de Elaboração**

Colegiado do Curso

**Raquel Lunardi**

Pró-Reitora de Extensão

**Colaboração Técnica**

Assessoria Pedagógica da PROEN  
Núcleo Pedagógico Integrado do *Campus*  
Panambi

**Arthur Frantz**

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação  
e Inovação

**Revisor Textual**

Jorge Alberto Lago Fonseca

**Nídia Heringer**

Pró-Reitora de Desenvolvimento  
Institucional

**Vanderlei José Pettenon**

Pró-Reitora de Administração

## SUMÁRIO

1. DETALHAMENTO DO CURSO.....	6
2. CONTEXTO EDUCACIONAL.....	7
2.1. Histórico da Instituição.....	7
2.2. Justificativa de oferta do curso.....	8
2.3. Objetivos do Curso.....	9
2.3.1. Objetivo Geral.....	9
2.3.2. Objetivos Específicos.....	9
2.4. Requisitos e formas de acesso.....	10
3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	10
3.1. Políticas de Apoio ao discente.....	11
3.1.1. Assistência Estudantil.....	11
3.1.2. Apoio Pedagógico aos Estudantes.....	12
3.1.3. Núcleo Pedagógico Integrado (NPI).....	13
3.1.4. Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social.....	13
3.1.5. Atividades de Nivelamento.....	14
3.1.6. Mobilidade Acadêmica.....	14
3.1.7. Educação Inclusiva.....	15
3.1.7.1. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE).....	16
3.1.7.2. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).....	16
3.1.7.3. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS).....	17
3.1.7.4. Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático/pedagógicos (NEAMA).....	17
3.2. Programa Permanência e êxito.....	18
3.2.1. Acompanhamento de Egressos.....	18
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	18
4.1. Perfil do Egresso.....	18
4.2. Organização curricular.....	20
4.2.1. Flexibilização Curricular.....	21
4.2.2. Núcleo de Ações Internacionais – NAI.....	22
4.3. Representação gráfica do Perfil de formação.....	23
4.4. Matriz Curricular.....	24

4.5. Prática Profissional.....	26
4.5.1. Prática Profissional Integrada.....	26
4.6. Estágio Curricular Supervisionado obrigatório .....	27
4.7. Componente Curricular de Orientação de Estágio.....	28
4.8. Atividades Complementares do Curso .....	28
4.9. Avaliação.....	30
4.9.1. Avaliação da Aprendizagem .....	30
4.9.2. Autoavaliação Institucional .....	31
4.10. Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores.....	32
4.11. Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores.....	32
4.12. Expedição de Diploma e Certificados .....	33
4.13. Ementário .....	34
4.13.1. Componentes curriculares obrigatórios .....	34
4.13.2. Componentes curriculares optativos .....	49
5. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO.....	52
5.1. Corpo docente necessário para o funcionamento do curso .....	52
5.1.1. Atribuições do Coordenador .....	53
5.1.2. Atribuições de Colegiado de Eixo Tecnológico .....	53
5.2. Corpo Técnico Administrativo em Educação necessário para o funcionamento do curso .....	54
5.3. Política de capacitação para Docentes e Técnico Administrativo em Educação .....	54
6. INSTALAÇÕES FÍSICAS .....	54
6.1. Biblioteca .....	55
6.2. Áreas de ensino específicas .....	55
6.3. Área de esporte e convivência .....	56
6.4. Área de atendimento ao discente.....	56
7. REFERÊNCIAS .....	57
8. ANEXOS .....	58

## 1. DETALHAMENTO DO CURSO

**Denominação do Curso:** Técnico em Edificações

**Forma:** Subsequente

**Modalidade:** Presencial

**Eixo Tecnológico:** Infraestrutura

**Ato de Criação do curso:** Resolução CONSUP nº 19, de 02 de julho de 2010, Projeto Pedagógico retificado pela Resolução CONSUP nº 45, de 20 de junho de 2013.

**Quantidade de Vagas:** 30 vagas

**Turno de oferta:** Noturno

**Regime Letivo:** Semestral

**Regime de Matrícula:** por componente curricular

**Carga horária total do curso:** 1370 horas aula

**Carga horária de estágio supervisionado curricular obrigatório:** 100 horas aula

**Carga horária de orientação de estágio:** 10 horas aula

**Carga horária de Atividade Complementar de Curso:** 60 horas relógio

**Tempo de duração do Curso:** 2 anos

**Tempo máximo para Integralização Curricular:** 3 anos

**Periodicidade de oferta:** anual

**Local de Funcionamento:** Rua Erechim, 860 - CEP 98280000 – Bairro Planalto – Panambi – RS.

## 2. CONTEXTO EDUCACIONAL

### 2.1. Histórico da Instituição

A Lei Nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a possibilidade de oferta de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional técnica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, bem como, na formação de docentes para a Educação Básica. Os Institutos Federais possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica.

O Instituto Federal Farroupilha (IF Farroupilha) nasceu da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agro-técnica Federal de Alegrete e da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto que pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. Desta forma, o IF Farroupilha teve na sua origem quatro *Campus*: *Campus* São Vicente do Sul, *Campus* Júlio de Castilhos, *Campus* Alegrete e *Campus* Santo Augusto.

O IF Farroupilha expandiu-se, em 2010, com a criação do *Campus* Panambi, do *Campus* Santa Rosa e do *Campus* São Borja, em 2012, com a transformação do Núcleo Avançado de Jaguari em *Campus*, em 2013, com a criação do *Campus* Santo Ângelo e com a implantação do *Campus* Avançado de Uruguaiana. Assim, atualmente, o IF Farroupilha está constituído por nove *Campus* e um *Campus* avançado, com a oferta de cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação, além de outros Programas Educacionais fomentados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). O IF Farroupilha atua em outras 38 cidades do Estado, a partir da oferta de cursos técnicos na modalidade de ensino a distância.

A Reitoria do IF Farroupilha está localizada na cidade de Santa Maria, a fim de garantir condições adequadas para a gestão institucional, facilitando a comunicação e integração entre os *Campi*.

Com essa abrangência, o IF Farroupilha visa à interiorização da oferta de educação pública e de qualidade, atuando no desenvolvimento local a partir da oferta de cursos voltada para os arranjos produtivos, culturais, sociais e educacionais da região. Assim, o IF Farroupilha, com sua recente trajetória institucional, busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais.

O *Campus* Panambi teve publicada sua portaria de autorização e funcionamento no dia 29 de janeiro de 2010, a partir da contemplação da cidade-polo, na segunda fase do Plano de Expansão, e da definição da área.

Possui uma área total de 51,28ha, situada à Rua Erechim, no Bairro Planalto, doada pela Prefeitura Municipal em 2008. Na ocasião, os cinco cursos elencados foram: Curso Técnico em Agroindústria, Curso Téc-

nico em Edificações, Curso Técnico em Química, Curso Técnico em Sistemas de Telecomunicações e Curso Técnico em Pós-Colheita de Grãos.

O *Campus* iniciou suas atividades, em agosto de 2010, com os cursos Técnicos em: Agroindústria Subsequente, Edificações Subsequente e PROEJA, Secretariado Subsequente e Tecnologia em Sistemas para Internet. Em 2011, iniciaram-se os cursos Técnico em Química Integrado, Técnico em Agricultura de Precisão Subsequente, na cidade de Não-Me-Toque, Licenciatura em Química e Especialização em Docência na Educação Profissional Técnica e Tecnológica. No 1º semestre de 2012, iniciaram-se os cursos Técnicos em Manutenção e Suporte em Informática Integrado, Técnico em Controle Ambiental Subsequente, Técnico em Pós-Colheita de Grãos Subsequente e Técnico em Alimentos Subsequente e PROEJA. Em 2013, iniciou-se o curso de Especialização em Gestão Pública.

O *Campus* Panambi mantém convênios de parceria com a Prefeitura Municipal e outras entidades, através do qual são realizados trabalhos conjuntos em diversas áreas, tais como: educação, serviços gerais, projetos de pesquisa, trabalhos de extensão e outros.

## 2.2. Justificativa de oferta do curso

A oferta da Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal Farroupilha se dá em observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394/1996. Esta oferta também ocorre em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e, em âmbito institucional, com as Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha e demais legislações nacionais vigentes.

A construção civil é um segmento considerado importantíssimo no mundo do trabalho, uma vez que demanda uma mão de obra que atinge milhares de trabalhadores e que se expande imensamente para atender às necessidades da população. Os avanços nessa área também são constantes e desafiadores, exigindo que o profissional necessite estar em permanente atualização para que esteja apto a trabalhar com os produtos, equipamentos e tendências que surgem.

Diante disso, o Instituto Federal Farroupilha *Campus* Panambi oferece o Curso Técnico em Edificações Subsequente, considerando uma demanda local, regional e nacional que anseia pelo trabalho desse profissional. De acordo com dados do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA), existe um déficit habitacional no país que gira em torno de 10 milhões de unidades, o qual pode ser suprido através de programas de ações sociais ou pela iniciativa privada. Acrescenta-se a isso as exigências advindas de um largo processo de urbanização, que caminha em paralelo à área da Construção Civil. Esses dados deixam clara a necessidade de investimentos na referida área e, conseqüentemente, apontam para uma concentração de esforços na qualificação de trabalhadores para o desempenho profissional com ética, qualidade e competência social.

É constante a procura por profissionais capacitados para o trabalho nessa área, o que indica a importância da oferta do curso que certamente contribuirá para o desenvolvimento regional por meio da geração de emprego e renda, do investimento em obras, da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Considerando-se especificamente a realidade local e regional, é possível constatar-se a grande necessidade de se formar o profissional da área de edificações, já que o processo de urbanização é crescente, principalmente nas cidades de Panambi e Ijuí, nas quais o setor produtivo concentra-se mais na área urbana, devido à indústria e ao comércio.

Com isso, o projeto do Curso Técnico em Edificações Subsequente encontra justificativa na medida em que prepara profissionais com formação científica e tecnológica sólida, com flexibilidade para as mudanças que acompanhem os avanços da tecnologia e dos conhecimentos científicos a partir de uma educação continuada. Esta educação atende o desenvolvimento da construção civil impulsionado pela necessidade de crescimento da questão habitacional.

Os técnicos em Edificações podem exercer suas atividades profissionais em empresas especializadas da Construção Civil, em atividades de execução e manutenção de obras, no gerenciamento dessas atividades e na prestação de serviços afins.

O Curso e o Projeto Pedagógico foram criados e aprovados pela Resolução do CONSUP nº 19, de 02 de julho de 2010 e Retificado pela Resolução CONSUP nº 45, de 20 de junho de 2013. O Projeto Pedagógico do Curso foi reformulado pela Resolução CONSUP Nº 59, de 22 de dezembro de 2010 e Resolução Ad Referendum Nº 16, de 20 de abril de 2011.

## **2.3. Objetivos do Curso**

### **2.3.1. Objetivo Geral**

Formar profissionais técnicos de nível médio, habilitados e qualificados, para atuar em todas as etapas da construção de obras de edificações, utilizando os métodos, a boa técnica e demais conhecimentos que garantam a qualidade e a produtividade da construção civil, respeitando as normas técnicas, as legislações vigentes, preservando os recursos naturais e causando sempre o menor impacto ambiental possível.

### **2.3.2. Objetivos Específicos**

- Formar profissionais capazes de conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;
- Formar profissionais que dominem os conhecimentos técnicos e científicos em seu campo de atuação, tenham capacidade de resolver, pelo raciocínio, seus problemas cotidianos de cunho profissional, sejam habituados a pesquisas e possuam valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional;

- Formar profissionais habilitados a prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;
- Qualificar os técnicos para que, além da criatividade, possuam raciocínio abstrato, assimilação rápida de informações e de habilidades, flexibilidade para enfrentar situações novas, capacidade para compreender as bases sociais, econômicas, técnicas e científicas relacionadas ao seu trabalho;
- Qualificar técnicos de forma que possam orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;
- Preparar técnicos capazes de dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;
- Formar técnicos com capacidade de se responsabilizar pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.
- Formar profissionais habilitados a projetar e a dirigir edificações de até 80m<sup>2</sup> de área construída que não constituam conjuntos residenciais, bem como a realizar reformas que não impliquem em estruturas de concreto armado ou metálica e a exercer a atividade de desenhista de sua especialidade.

#### **2.4. Requisitos e formas de acesso**

Para ingresso no Curso Técnico em Edificações Subsequente será obrigatória a comprovação de conclusão do Ensino Médio, mediante apresentação do histórico escolar.

São formas de ingresso:

- a) Processo Seletivo conforme previsão institucional em regulamento e edital específico;
- b) Transferência conforme regulamento institucional vigente ou determinação legal.

### **3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO**

O ensino proporcionado pelo IF Farroupilha é oferecido por cursos e programas de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior de graduação e de pós-graduação, desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão, sendo o currículo fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto Político Pedagógico Institucional e norteadas pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, ciência, tecnologia.

Neste sentido, são desenvolvidas algumas práticas de Apoio ao trabalho acadêmico e de práticas interdisciplinares, sobretudo nos seguintes momentos: projeto integrador englobando as diferentes disciplinas; participação das atividades promovidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas

(NEABI) como a Semana Nacional da Consciência Negra; organização da semana acadêmica do curso; estágio curricular e atividades complementares.

As ações de pesquisa do IF Farroupilha constituem um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico-culturais e desportivos, articulando-se ao ensino e à extensão e envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, com vistas ao desenvolvimento social, tendo como objetivo incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim. Neste sentido, são desenvolvidas ações de Apoio à iniciação científica, a fim de despertar o interesse pela pesquisa e instigar os estudantes na busca de novos conhecimentos. O IF Farroupilha possui o programa Institucional Boas Ideias, além de participar de editais do CNPq e da FAPERGS. Ainda, há incentivo à participação dos estudantes no Programa Ciência sem Fronteiras, que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e da tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A participação dos estudantes neste programa viabiliza o intercâmbio de conhecimentos e de vivências pessoais e profissionais, contribuindo para a formação crítica e concisa destes futuros profissionais.

As ações de extensão constituem um processo educativo, científico, artístico-cultural e desportivo que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, com o objetivo de intensificar uma relação transformadora entre o IF Farroupilha e a sociedade e tem por objetivo geral incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

A Instituição possui o Programa Institucional de Incentivo à Extensão (PIIEX), no qual os estudantes podem auxiliar os coordenadores na elaboração e execução destes projetos. Os trabalhos de pesquisas e extensão desenvolvidos pelos acadêmicos podem ser apresentados na Mostra Acadêmica Integrada do *Campus* e na Mostra da Educação Profissional e Tecnológica promovida por todos os *Campus* do IF Farroupilha. Além disso, é dado incentivo à participação de eventos, como Congressos, Seminários entre outros, que estejam relacionados à área de atuação do curso.

### **3.1. Políticas de Apoio ao discente**

Seguem nos itens abaixo as políticas do IF Farroupilha voltadas ao apoio aos discentes, destacando as políticas de assistência estudantil, apoio pedagógico e educação inclusiva.

#### **3.1.1. Assistência Estudantil**

A Assistência Estudantil do IF Farroupilha é uma Política de Ações que tem como objetivo garantir o acesso, o êxito, a permanência e a participação de seus estudantes no espaço escolar. A Instituição, aten-

dendo o Decreto nº7234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovou, por meio da Resolução nº12/2012, a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a qual estabelece os princípios e eixos que norteiam os programas e os projetos desenvolvidos nos seus *Campus*.

A Política de Assistência Estudantil abrange todas as unidades do IF Farroupilha e tem entre os seus objetivos: promover o acesso e permanência na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino; assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício de suas atividades curriculares; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico; bem como estimular a participação dos educandos, por meio de suas representações no processo de gestão democrática.

Para cumprir com seus objetivos, o setor de Assistência Estudantil possui alguns programas como: Programa de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Promoção do Esporte, Cultura e Lazer; Programa de Atenção à Saúde; Programa de Apoio à Permanência; Programa de Apoio Didático-Pedagógico, entre outros.

Dentro de cada um desses programas existem linhas de ações, como auxílios financeiros aos estudantes, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade social (auxílio permanência, auxílio transporte, auxílio às atividades extracurriculares remuneradas, auxílio alimentação) e, em alguns *Campus*, moradia estudantil.

A Política de Assistência Estudantil, bem como seus programas, projetos e ações, é concebida como um direito do estudante, garantido e financiado pela Instituição por meio de recursos federais, assim como pela destinação de, no mínimo, 5% do orçamento anual de cada *Campus* para este fim.

Para o desenvolvimento destas ações, cada *Campus* do Instituto Federal Farroupilha possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), que, juntamente com uma equipe especializada de profissionais e de forma articulada com os demais setores da Instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, permanência, sucesso e participação dos estudantes no espaço escolar.

A CAE do *Campus* Panambi é composta por uma equipe de 08 servidores: Coordenador(a) da CAE, Assistente Social, Psicólogo(a), Médico/a, Enfermeiro/a e 03 Assistentes de Alunos e oferece em sua infraestrutura: sala de convivência e espaço para as organizações estudantis.

### **3.1.2. Apoio Pedagógico aos Estudantes**

O apoio pedagógico aos estudantes é realizado direta ou indiretamente através dos seguintes órgãos e políticas: Núcleo Pedagógico Integrado, atividades de nivelamento, apoio psicopedagógico e programas de mobilidade acadêmica.

### 3.1.3. Núcleo Pedagógico Integrado (NPI)

O Núcleo Pedagógico Integrado (NPI) é um órgão estratégico de planejamento, apoio e assessoramento didático-pedagógico, vinculado à Direção de Ensino do *Campus*, ao qual cabe auxiliar no desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e na Gestão de Ensino do *Campus*, comprometido com a realização de um trabalho voltado às ações de ensino e aprendizagem, em especial no acompanhamento didático-pedagógico, oportunizando, assim, melhorias na aprendizagem dos estudantes e na formação continuada dos docentes e técnico-administrativos em educação.

O NPI é constituído por servidores que se inter-relacionam na atuação e operacionalização das ações que permeiam os processos de ensino e aprendizagem na instituição tendo como membros natos os servidores no exercício dos seguintes cargos e/ou funções: Diretor (a) de Ensino; Coordenador (a) Geral de Ensino; Pedagogo/a; Responsável pela Assistência Estudantil no *Campus*; Técnico(s) em Assuntos Educacionais lotado(s) na Direção de Ensino. Além dos membros citados poderão ser convidados para compor o Núcleo Pedagógico Integrado, como membros titulares, outros servidores efetivos do *Campus*.

A finalidade do NPI é proporcionar estratégias, subsídios, informações e assessoramento aos docentes, técnico-administrativos em educação, educandos, pais e responsáveis legais, para que possam acolher, entre diversos itinerários e opções, aquele mais adequado enquanto projeto educacional da instituição e que proporcione meios para a formação integral, cognitiva, inter e intrapessoal e a inserção profissional, social e cultural dos estudantes.

Além do mais, a constituição desse núcleo tem como objetivo, promover o planejamento, implementação, desenvolvimento, avaliação e revisão das atividades voltadas ao processo de ensino e aprendizagem em todas as suas modalidades, formas, graus, programas e níveis de ensino, com base nas diretrizes institucionais.

### 3.1.4. Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social

O IF Farroupilha *Campus* Panambi possui uma equipe de profissionais voltada ao atendimento psicológico, social e pedagógico dos estudantes, tais como: psicólogo, assistente social, técnico em assuntos educacionais e assistentes de alunos.

A partir do organograma institucional estes profissionais atuam em setores como: Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) e Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), os quais desenvolvem ações que têm como foco o atendimento ao estudante.

O atendimento psicopedagógico compreende atividades de orientação e apoio ao processo de ensino e aprendizagem, tendo como foco não apenas o estudante, mas todos os sujeitos envolvidos, resultando, quando necessário, na reorientação deste processo.

As atividades de apoio psicopedagógico atenderão a demandas de caráter pedagógico, psicológico, social, entre outros, por meio de atendimento individual e/ou em grupos, com vistas à promoção, qualificação e ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem.

Os estudantes com necessidades específicas de aprendizagem terão atendimento educacional especializado pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que visa oferecer suporte ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, envolvendo também orientações metodológicas aos docentes para a adaptação do processo de ensino às necessidades destes sujeitos.

### **3.1.5. Atividades de Nivelamento**

Entende-se por nivelamento o desenvolvimento de atividades formativas que visem recuperar conhecimentos que são essenciais para que o estudante consiga avançar no seu itinerário formativo com aproveitamento satisfatório. Tais atividades serão asseguradas ao estudante, por meio de:

- a) recuperação paralela, desenvolvida para que o estudante possa recompor aprendizados durante o período letivo;
- b) projetos de ensino elaborados pelo corpo docente do curso, aprovados no âmbito do Programa Institucional de Projetos de Ensino, voltados para conteúdos/temas específicos com vistas à melhoria da aprendizagem nos cursos subsequentes;
- c) programas de educação tutorial que incentivem grupos de estudo entre os estudantes de um curso, com vistas à aprendizagem cooperativa;
- d) demais atividades formativas promovidas pelo curso, para além das atividades curriculares que visem subsidiar/sanar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes.
- e) disciplinas da formação básica, na área do curso, previstas no próprio currículo do curso, visando retomar os conhecimentos básicos a fim de dar condições para que os estudantes consigam prosseguir no currículo.

### **3.1.6. Mobilidade Acadêmica**

O IF Farroupilha mantém programas de mobilidade acadêmica entre instituições de ensino do país e instituições de ensino estrangeiras, por meio de convênios interinstitucionais ou pela adesão a programas governamentais, visando incentivar e dar condições para que os estudantes enriqueçam seu processo formativo a partir do intercâmbio com outras instituições e culturas.

As normas para a Mobilidade Acadêmica estão definidas e regulamentadas em documentos institucionais próprios.

### 3.1.7. Educação Inclusiva

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino e do acompanhamento e atendimento do egresso no mundo do trabalho, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

O Instituto Federal Farroupilha priorizará ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais:

I – pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidar o direito das pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, físico motora, múltiplas deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, promovendo sua emancipação e inclusão nos sistemas de ensino e nos demais espaços sociais;

II – gênero e diversidade sexual: o reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com a diversidade de orientações sexuais fazem parte da construção do conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades. Questões ligadas ao corpo, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez precoce, à orientação sexual, à identidade de gênero são temas que fazem parte desta política;

III – diversidade étnica: dar ênfase nas ações afirmativas para a inclusão da população negra e da comunidade indígena, valorizando e promovendo a diversidade de culturas no âmbito institucional;

V – oferta educacional voltada às necessidades das comunidades do campo: medidas de adequação da escola à vida no campo, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e produtiva, de modo a conciliar tais atividades com a formação acadêmica;

VI – situação socioeconômica: adotar medidas para promover a equidade de condições aos sujeitos em vulnerabilidade socioeconômica.

Para a efetivação das ações inclusivas, o IF Farroupilha constituiu o Plano Institucional de Inclusão, que promoverá ações com vistas:

I – à preparação para o acesso;

II – a condições para o ingresso;

III – à permanência e conclusão com sucesso;

IV – ao acompanhamento dos egressos.

Para auxiliar na operacionalização da Política de Educação Inclusiva, o *Campus Panambi* conta com o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas e Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas. Com vistas à educação inclusiva, são ainda desenvolvidas ações que contam com adaptação e flexibilização curricular, a fim de assegurar o processo de aprendizagem, e com aceleração e suplementação de estudos para os estudantes com altas habilidades/superdotação.

### **3.1.7.1. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE)**

O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE - do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Panambi - RS, criado pela Portaria nº 20 de 4 de maio de 2010, é um setor deliberativo, que responde pelas ações do Programa TECNEP na instituição.

O núcleo tem por finalidade promover a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover inclusão de todos na educação. Para tanto, conta com uma sala multifuncional que tem por finalidade disponibilizar equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade, com vistas a apoiar a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado - AEE.

### **3.1.7.2. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)**

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal Farroupilha, é constituído por Grupos de Ensino, Pesquisa e Extensão através de Portaria, voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais.

O NEABI do *Campus* Panambi foi criado pela Portaria nº 57, de 30 de novembro de 2010 e está voltado para as ações afirmativas e em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e das questões Indígenas, Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI – tem os seguintes objetivos:

I – promover encontros de reflexão e capacitação de servidores em educação para o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira, da cultura indígena e da diversidade na construção histórica e cultural do país;

II – promover a realização de atividades de extensão como seminários, conferências, painéis, simpósios, encontros, palestras, oficinas, cursos e exposições de trabalhos e atividades artístico-culturais;

III – propor ações que levem a conhecer o perfil da comunidade interna e externa do *Campus* nos aspectos étnico-raciais;

IV – implementar a Lei nº 10.639/03 e nº 11.645/08 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, que está pautada em ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, para a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas;

V – fazer intercâmbio em pesquisas e socializar seus resultados em publicações com as comunidades internas e externas ao Instituto: universidades, escolas, comunidades negras rurais, quilombolas, comunidades indígenas e outras instituições públicas e privadas;

VI – motivar e criar possibilidades de desenvolver conteúdos curriculares e pesquisas com abordagens multi e interdisciplinares, de forma contínua;

VII – colaborar em ações que levem ao aumento do acervo bibliográfico relacionado a educação pluri-étnica em cada *Campus*;

VIII – incentivar a criação de grupos de convivência da cultura afro-brasileira e indígena, em especial com os alunos do *Campus*.

### **3.1.7.3. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)**

As questões de gênero e diversidade sexual estão presentes nos currículos espaços, normas, ritos, rotinas e práticas pedagógicas das instituições de ensino. Não raro as pessoas identificadas como dissonantes em relação às normas de gênero e à matriz sexual são postas sob a mira preferencial de um sistema de controle e vigilância que, de modo sutil e profundo, produz efeitos sobre todos os sujeitos e os processos de ensino e aprendizagem. Histórica e culturalmente transformada em norma, produzida e reiterada, a heterossexualidade obrigatória e as normas de gênero tornam-se o baluarte da heteronormatividade e da dualidade homem e mulher. As instituições de ensino acabam por se empenhar na reafirmação e no êxito dos processos de incorporação das normas de gênero e da heterossexualização compulsória.

Com intuito de proporcionar mudanças de paradigmas sobre a diferença, mais especificamente sobre gênero e heteronormatividade, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), considerando os documentos institucionais tais como a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto e a Instrução Normativa nº 03, de 02 de Junho 2015 que dispõe sobre a utilização do nome social no âmbito do IF Farroupilha, tem como objetivo proporcionar espaços de debates, vivências e reflexões acerca das questões de gênero e diversidade sexual, na comunidade interna e externa, viabilizando a construção de novos conceitos de gênero e diversidade sexual, rompendo barreiras educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover inclusão de todos na educação.

### **3.1.7.4. Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático/pedagógicos (NEAMA)**

O Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático/pedagógicos – NEAMA do IF Farroupilha (Resolução CONSUP Nº 033/2014) é lotado na CAI da Reitoria e tem como objetivo principal o desenvolvimento de materiais didático/pedagógicos acessíveis aos estudantes e servidores com deficiência visual incluídos na Instituição. Os materiais produzidos podem ser tanto em Braille quanto em formato acessível, para aqueles que utilizam leitor de tela. O NEAMA realiza as adaptações solicitadas pelos campi de acordo

com as prioridades previstas em sua Resolução, quais sejam: Planos de Ensino, Apostilas completas de disciplinas, Avaliações, Exercícios, Atividades de orientação, Bibliografias Básicas das disciplinas, Documentos Institucionais, seguindo uma metodologia que depende diretamente da quantidade e qualidade dos materiais enviados, como: figuras, gráficos, fórmulas e outros de maior complexidade. A prioridade no atendimento será dada aos campi que possuem estudantes com deficiência visual e nos quais não há profissionais habilitados para atendê-los, procurando assegurar assim, as condições de acesso, permanência e formação qualificada dos estudantes incluídos no IF Farroupilha.

## **3.2. Programa Permanência e êxito**

### **3.2.1. Acompanhamento de Egressos**

O acompanhamento dos egressos será realizado por meio do estímulo à criação de associação de egressos, de parcerias e convênios com empresas e instituições e organizações que demandam estagiários e profissionais com origem no IF Farroupilha. Também será prevista a criação de mecanismos para acompanhamento da inserção dos profissionais no mundo do trabalho e a manutenção de cadastro atualizado para disponibilização de informações recíprocas.

O IF Farroupilha concebe o acompanhamento de egressos como uma ação que visa ao (re)planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição, a partir da avaliação da qualidade da formação ofertada e da interação com a comunidade.

Além disso, o acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade da instituição o atendimento aos seus egressos.

A instituição mantém programa institucional de acompanhamento de egresso, a partir de ações contínuas e articuladas, entre as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e Coordenação de Cursos.

## **4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

### **4.1. Perfil do Egresso**

O profissional Técnico em Edificações, de modo geral, no Instituto Federal Farroupilha, recebe formação que o habilita para desenvolver e executar projetos de edificações conforme normas técnicas de segurança e de acordo com legislação específica. Planeja a execução e elabora orçamento de obras. Presta assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas na área de edificações. Orienta e coordena a execução de serviços de manutenção de equipamentos e de instalações em edificações. Orienta na assistência técnica para compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados.

Ainda recebe formação que o habilita para:

- Atuar em várias áreas como: planejamento de obras e projetos arquitetônicos e projetos complementares, execução e manutenção de obras, elaboração de orçamentos e cronogramas de obras, liderar equipes de profissionais para execução de obras e serviços relacionados à construção, reforma e manutenção de edificações.
- Participar de equipes técnicas para elaboração de projetos, estudos e levantamentos na área de engenharia civil e arquitetura voltados para o campo da construção civil e sua presença nos canteiros de obras tem sido relacionada ao controle de qualidade, visto que prima pela boa técnica e pelo respeito às normas e especificações de serviços.
- Controlar a qualidade, a quantidade e a logística de aquisição e estoque dos materiais empregados em obras, garantindo sua qualidade final e o cumprimento dos prazos previstos no cronograma de obras, juntamente com o profissional responsável técnico pela obra.
- Liderar e supervisionar equipes, além de participar dos processos seletivos de funcionários, bem como controlar a produção individual e a qualidade dos serviços.
- Atuar em todas as etapas da construção, desde os serviços iniciais como limpeza do terreno e locação de obras, planejamento e montagem do canteiro de obras, até as etapas de execução e, juntamente com outros profissionais, interpretar os diversos projetos para a execução da obra.
- Controlar a qualidade da obra, sendo responsável, inovador, empreendedor e líder, buscando a preservação ambiental e a utilização racional dos recursos naturais, provocando a menor poluição ambiental possível e primando pelo desenvolvimento sustentável.
- Usar corretamente instrumentos e máquinas, tanto em escritórios quanto em canteiros de obras.
- Conhecer os materiais de construção e controlar a qualidade, produzindo, aceitando e rejeitando materiais quando necessário.
- Orientar na assistência técnica para compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados.
- Conhecer e seguir as normas técnicas aplicáveis em cada caso.
- Usar a boa técnica e seguir as especificações, visando à qualidade e à produtividade dos processos construtivos e de segurança dos trabalhadores.
- Conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- Auxiliar na elaboração de projetos arquitetônicos e complementares de edificações, podendo projetar e dirigir a execução de edificações dentro dos limites estabelecidos pelo artigo 4º, parágrafo 1º do Decreto 90.922 de 1985.

- Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber.
- Executar levantamentos topográficos, locações de obras e demarcações de terrenos.
- Realizar ensaios tecnológicos de laboratório e de campo.
- Aplicar medidas de controle e proteção ambiental para os impactos gerados pelas atividades construtivas.

O IF Farroupilha, em seus cursos, ainda prioriza a formação de profissionais que:

- tenham competência técnica e tecnológica em sua área de atuação;
- sejam capazes de se inserir no mundo do trabalho de modo comprometido com o desenvolvimento regional sustentável;
- tenham formação humanística e cultura geral integrada à formação técnica, tecnológica e científica;
- atuem com base em princípios éticos e de maneira sustentável;
- saibam interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes;
- sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos.

## 4.2. Organização curricular

A concepção do currículo do Curso Técnico em Edificações Subsequente tem como premissa a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, possibilitando a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

O currículo do Curso Técnico em Edificações Subsequente está organizado a partir de 03 (três) núcleos de formação: Núcleo Básico, Núcleo Politécnico e Núcleo Tecnológico, os quais são perpassados pela Prática Profissional.

O Núcleo Básico é caracterizado por ser um espaço da organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica e que possuem menor ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso em relação ao perfil do egresso.

Nos cursos subsequentes, o núcleo básico é constituído a partir dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica para complementação e atualização de estudos, em consonância com o respectivo eixo tecnológico e com o perfil profissional do egresso.

O Núcleo Tecnológico é caracterizado por ser um espaço de organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica e que possuem maior ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso em relação ao perfil profissional do egresso. Deve constituir-se basicamente a partir das disciplinas específicas da formação técnica, identificadas a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional.

O Núcleo Politécnico é caracterizado por ser um espaço de organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica e técnica, que possuem maior área de integração com as demais disciplinas do curso em relação ao perfil do egresso, bem como as formas de integração. O Núcleo Politécnico é o espaço onde se garantem, concretamente, conteúdos, formas e métodos responsáveis por promover, durante todo o itinerário formativo, a politécnica, a formação integral, omnilateral, a interdisciplinaridade. Tem o objetivo de ser o elo comum entre o Núcleo Tecnológico e o Núcleo Básico, criando espaços contínuos durante o itinerário formativo para garantir meios de realização da politécnica.

A carga horária total do Curso Técnico em Edificações Subsequente é de 1370 horas relógio, composta pelas cargas dos núcleos que são: 67 horas relógio para o Núcleo Básico, 233 horas relógio para o Núcleo Politécnico e de 900 horas relógio para o Núcleo Tecnológico, somadas a carga horária de 100 horas relógio para a realização de estágio curricular supervisionado obrigatório, 10 horas relógio para a realização da orientação de estágio e 60 horas relógio de atividade complementar de curso.

Para o atendimento das legislações mínimas e o desenvolvimento dos conteúdos obrigatórios no currículo do curso apresentados nas legislações Nacionais e nas Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IF Farroupilha, além das disciplinas que abrangem as temáticas previstas na Matriz Curricular, o corpo docente irá planejar, juntamente com os Núcleos ligados à Coordenação de Ações Inclusivas do *Campus*, como NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas), NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena) e demais setores pedagógicos da instituição, a realização de atividades formativas envolvendo estas temáticas, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Tais ações devem ser registradas e documentadas no âmbito da coordenação do curso, para fins de comprovação.

#### **4.2.1. Flexibilização Curricular**

O Curso Técnico em Edificações Subsequente realizará, quando necessário, adaptações no currículo regular, para torná-lo apropriado às necessidades específicas dos estudantes público alvo da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008), visando à adaptação e flexibilização

curricular ou terminalidade específica para os casos previstos na legislação vigente. Será prevista ainda a possibilidade de aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os estudantes com altas habilidades/superdotação. Estas ações deverão ser realizadas de forma articulada com o Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), a Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) e a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI).

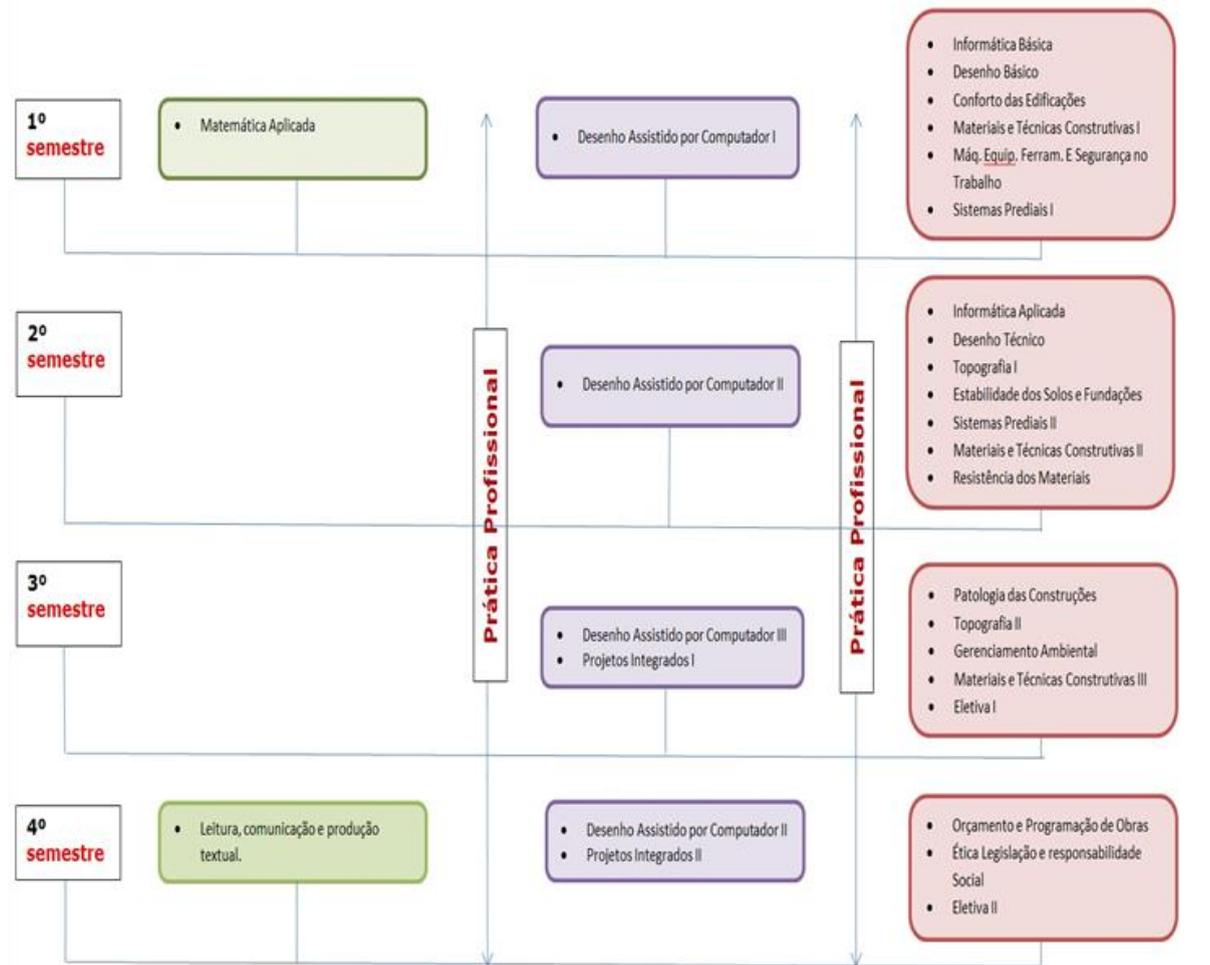
A adaptação e a flexibilização curricular ou terminalidade específica serão previstas, conforme as Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IF Farroupilha.

#### **4.2.2. Núcleo de Ações Internacionais – NAI**

A criação do Núcleo de Ações Internacionais (NAI) é motivada pela demanda de internacionalização do IF Farroupilha por meio de programas de Intercâmbio como o Ciência sem Fronteiras, Estágios no Exterior, Visitas Técnicas Internacionais e demais oportunidades promovidas pela instituição (regidas pelo Programa de Apoio à Internacionalização do IF Farroupilha - PAINT), sendo que tal núcleo tem por finalidade proporcionar aos estudantes desta instituição uma possibilidade diferenciada de aprendizagem de línguas estrangeiras modernas e a interação com culturas estrangeiras.

Para tanto, a oferta da Língua Estrangeira Moderna (LEM) para os cursos subsequentes será de caráter optativo aos estudantes, conforme disponibilidade de vagas nas turmas em andamento ofertadas, preferencialmente, pelo NAI.

### 4.3. Representação gráfica do Perfil de formação



#### 4.4. Matriz Curricular

Sem.	Disciplinas	Períodos semanais	CH (h/a)*
1º semestre	Desenho Assistido por Computador I	2	40
	Informática Básica	2	40
	Desenho Técnico I	2	40
	Conforto das Edificações	2	40
	Materiais e Técnicas Construtivas I	6	120
	Máquinas, Equipamentos, Ferramentas e Segurança no Trabalho	2	40
	Sistemas Prediais I	2	40
	Matemática Aplicada	2	40
<b>Subtotal de carga horária do semestre</b>		<b>20</b>	<b>400</b>
2º semestre	Informática Aplicada	2	40
	Desenho Técnico II	2	40
	Topografia I	2	40
	Estabilidade dos Solos e Fundações	2	40
	Desenho Assistido por Computador II	2	40
	Sistemas Prediais II	2	40
	Materiais e Técnicas Construtivas II	6	120
	Resistência dos Materiais	2	40
<b>Subtotal de carga horária do semestre</b>		<b>20</b>	<b>400</b>
3º semestre	Patologias das Construções	2	40
	Desenho Assistido por Computador III	2	40
	Topografia II	2	40
	Gerenciamento Ambiental	2	40
	Materiais e Técnicas Construtivas III	5	100
	Projetos Integrados I	4	80
	Eletiva	2	40
<b>Subtotal de carga horária do semestre</b>		<b>19</b>	<b>380</b>
4º semestre	Orçamento e Programação de Obras	3	60
	Ética Legislação e Responsabilidade Social	2	40
	Leitura, Comunicação e Produção Textual.	2	40
	Projetos Integrados II	4	80
	Eletiva	2	40
<b>Subtotal de carga horária do semestre</b>		<b>13</b>	<b>260</b>
Carga Horária total de disciplinas (hora aula)		1440	
Carga Horária total de disciplinas (hora relógio)		1200	
Atividades complementares (hora relógio)		60	
Orientação de estágio (hora relógio)		10	
Estágio Curricular Supervisionado obrigatório (hora relógio)		100	
Carga Horária total do curso (hora relógio)		1370	

**\*Hora aula 50 minutos.**

Núcleo Básico	
Núcleo Politécnico	
Núcleo Tecnológico	

## 4.5. Prática Profissional

A prática profissional prevista na organização curricular do curso deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao estudante enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente.

No Curso Técnico em Edificações Subsequente, a prática profissional acontecerá em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como estágio profissional, experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, (oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros) bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

### 4.5.1. Prática Profissional Integrada

A Prática Profissional Integrada – PPI - deriva da necessidade de garantir a prática profissional nos cursos técnicos do Instituto Federal Farroupilha, a ser concretizada no planejamento curricular, orientada pelas diretrizes institucionais para os cursos técnicos do IF Farroupilha e demais legislações da educação técnica de nível médio.

A Prática Profissional Integrada, nos cursos técnicos subsequentes visa agregar conhecimentos por meio da integração entre as disciplinas do curso, resgatando assim, conhecimentos e habilidades adquiridos na formação básica.

A Prática Profissional Integrada no Curso Técnico Edificações Subsequente tem por objetivo aprofundar o entendimento do perfil do egresso e áreas de atuação do curso, buscando aproximar a formação dos estudantes com o mundo de trabalho. Da mesma forma, a PPI pretende articular horizontalmente o conhecimento dos semestres do curso oportunizando o espaço de discussão e um espaço aberto para entrelaçamento entre as disciplinas.

A aplicabilidade da Prática Profissional Integrada no currículo tem como finalidade incentivar a pesquisa como princípio educativo promovendo a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão através do incentivo à inovação tecnológica.

A PPI é um dos espaços no qual se buscam formas e métodos responsáveis por promover, durante todo o itinerário formativo, a politecnicidade, a formação integral, omnilateral, a interdisciplinaridade, integrando os núcleos da organização curricular.

A prática profissional integrada deve articular os conhecimentos trabalhados em, no mínimo, duas disciplinas da área técnica, definidas em projeto próprio de PPI, a partir de reunião do colegiado do Eixo Tecnológico de Infraestrutura.

O Curso Técnico em Edificações Subsequente contemplará a carga horária de 82 horas aula (5%) de Práticas Profissionais Integradas (PPI), conforme regulamentação específica reservada para o envolvimento

dos estudantes em práticas profissionais. A distribuição da carga horária para a Prática Profissional Integrada ficará distribuída em 22 horas aulas no primeiro semestre e 20 horas aula no segundo, terceiro e quarto semestre conforme decisão do Colegiado do curso.

As atividades correspondentes às práticas profissionais integradas ocorrerão ao longo das etapas, orientadas pelos docentes titulares das disciplinas específicas. Estas práticas deverão estar contempladas nos planos de ensino das disciplinas que as realizarão, além disso, preferencialmente antes do início do ano letivo em que as PPIs serão desenvolvidas, ou no máximo, até vinte dias úteis a contar do primeiro dia letivo do semestre, deverá ser elaborado um projeto de PPI que indicará as disciplinas que farão parte das práticas. O projeto de PPI será assinado, aprovado e arquivado, juntamente com o plano de ensino de cada disciplina envolvida. A carga horária total do Projeto de PPI de cada ano faz parte do cômputo de carga horária total, em hora aula, de cada disciplina envolvida, diretamente na PPI. A ciência formal a todos os estudantes do curso sobre as Práticas Profissionais Integradas em andamento no curso é dada a partir da apresentação do Plano de Ensino de cada disciplina.

A coordenação do curso deve promover reuniões periódicas (no mínimo duas) para que os docentes orientadores das práticas profissionais possam interagir, planejar e avaliar em conjunto com todos os docentes do curso a realização e o desenvolvimento das mesmas.

Estas práticas profissionais integradas serão articuladas entre as disciplinas do período letivo correspondente. A adoção de tais práticas possibilitam efetivar uma ação interdisciplinar e o planejamento integrado entre os elementos do currículo, pelos docentes e equipe técnico-pedagógica. Além disso, estas práticas devem contribuir para a construção do perfil profissional do egresso.

As práticas profissionais integradas poderão ser desenvolvidas na forma não presencial, no máximo 20% da carga horária total de PPI, que serão desenvolvidas de acordo com as Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IF Farroupilha.

A realização da PPI prevê o desenvolvimento de produção escrita e/ou produto virtual e/ou físico conforme o Perfil Profissional do Egresso. Ao final, deve ser previsto, no mínimo, um momento de socialização entre os estudantes e todos os docentes do curso por meio de seminário, oficina, dentre outros.

#### **4.6. Estágio Curricular Supervisionado obrigatório**

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, como um dos instrumentos de prática profissional no curso, terá duração de 100 horas relógio e deverá ser realizado a partir do término do terceiro semestre do curso, sendo que o estudante deverá ter concluído com êxito todas as disciplinas do primeiro, segundo e terceiro semestre. O estágio deverá ser realizado em empresas do ramo da construção civil que possuam profissional disponível para supervisionar e orientar o aluno durante as atividades realizadas no estágio.

Os resultados do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório serão apresentados por meio de relatório final, o qual deverá ser apresentado pelo estudante em um seminário, organizado ao final do último semestre, pela coordenação do Eixo Tecnológico. Na avaliação do estágio, também será considerada a avaliação do supervisor de campo, responsável pela empresa ou instituição em que o estudante cumprirá o estágio.

Existe, ainda, para os estudantes que desejarem ampliar a sua prática de estágio, para além da carga horária mínima estipulada na matriz curricular, a possibilidade de realizar estágios não obrigatório com carga horária não especificada, mediante convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o Instituto Federal Farroupilha que garantam as condições legais necessárias.

#### **4.7. Componente Curricular de Orientação de Estágio**

Antes dos estudantes saírem para a prática do estágio curricular supervisionado obrigatório, eles deverão cumprir a carga horária destinada à Orientação de Estágio, que visa preparar o estudante para esta prática, bem como orientá-lo para a elaboração do relatório de estágio.

A orientação de estágio tem o objetivo de orientar os estudantes sobre aspectos relacionados ao estágio, como: ética, pontualidade, assiduidade, questionamentos, atividades que devem ou não ser realizadas, relatório, documentação, etc.

O componente curricular Orientação de Estágio conta com a carga horária de 10 horas relógio a ser desenvolvida nos dois primeiros meses do calendário acadêmico do 3º semestre, por meio de Oficinas ou Minicursos sobre temáticas como ética e postura profissional, legislação vigente sobre estágio supervisionado e documentação institucional necessária à realização do estágio. Atividades essas desenvolvidas por profissionais como Psicólogo(a) Institucional, Chefias de Gestão de Pessoas de empresas locais conveniadas, Coordenação do Curso, Coordenação de Extensão, entre outros.

#### **4.8. Atividades Complementares do Curso**

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão e a flexibilidade curricular possibilita o desenvolvimento de atitudes e ações empreendedoras e inovadoras, tendo como foco as vivências da aprendizagem para capacitação e para a inserção no mundo do trabalho.

Nesse sentido, o curso prevê o desenvolvimento de cursos de pequena duração, seminários, mostras, exposições, fóruns, palestras, visitas técnicas, realização de estágios não curriculares e outras atividades que articulem o currículo a temas de relevância social, local e/ou regional e potencializem recursos materiais, físicos e humanos disponíveis.

Estas atividades serão obrigatórias e deverão contabilizar 60 horas relógio para obter o certificado de conclusão do curso. As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados ou

atestados, contendo número de horas e frequência mínima, descrição das atividades desenvolvidas. Todos os eventos devem ser realizados em data posterior ao ingresso do estudante no curso.

As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados ou atestados, contendo número de horas e descrição das atividades desenvolvidas. Estas atividades são de caráter obrigatório e deverão ser realizadas fora do horário normal do curso, compondo a carga horária do curso.

Para o curso de Técnico em Edificações serão consideradas para fins de computo de carga horária as atividades da tabela abaixo:

Atividades	Comprovante	Aproveitamento Máximo
Participação em atividade de iniciação científica.	Documento emitido pelo órgão responsável.	40 horas
Participação em projetos de pesquisa, extensão e pesquisa.	Certificado emitido pelo órgão responsável.	40 horas
Participação em seminário, simpósio, congresso, conferência, jornadas e outros eventos de natureza técnica e científica relacionadas a área de formação.	Certificado de participação emitido pelo órgão responsável.	80 horas
Disciplinas cursadas em outros cursos de Instituições de Ensino reconhecidas pelo MEC relacionadas a área de formação.	Histórico escolar ou declaração emitida pela Secretaria Acadêmica, constando o aproveitamento do aluno.	40 horas
Estágio curricular supervisionado não obrigatório	Atestado da empresa onde realizou o estágio e do professor responsável pelo acompanhamento.	60 horas
Publicações de artigos / resumos.	Exemplar da publicação.	5 horas para resumos e 10 horas para artigos completos * Limitado o máximo de 20 horas
Participação em visitas técnicas (as não contabilizadas na carga horária das disciplinas).	Atestado de participação assinado pelo professor responsável.	5 horas para visitas técnicas na cidade 10 horas para visitas técnicas fora da cidade * Limitado o máximo de 40 horas
Participação em palestras relativa a área de formação.	Certificado emitido pelo órgão responsável.	5 horas por palestra na área de formação * Limitado o máximo de 40 horas para palestras em outras áreas
Cursos de formação na área específica.	Certificado emitido pelo órgão responsável.	40 horas
Participação como ouvinte em bancas de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso em áreas afins ao curso.	Atestado da Coordenação do Programa.	2 horas por sessão na área de formação  1 hora por sessão em outras áreas  * Limitado o máximo de 20 horas
Atividade Profissional na área de formação.	Atestado da empresa onde realizou o estágio.	60 horas
Atividade de Monitoria.	Atestado de participação, com avaliação do aluno, assinado pelo professor responsável.	40 horas

Demais Atividades serão avaliadas pela Coordenação do Curso.	Atestado da Coordenação do Programa.	
--	--------------------------------------	--

O Curso Técnico em Edificações contemplará em seus projetos a oferta de duas disciplinas eletivas, num total de 40 horas/aula para cada uma, na qual os alunos terão a possibilidade de optar a partir de um rol de disciplinas descritas no projeto pedagógico do curso que foram propostas pelo Colegiado de Curso, publicadas em edital. Estas disciplinas propiciarão discussões e reflexões frente à realidade regional na qual estão inseridos, oportunizando espaços de diálogo, construção do conhecimento e de tecnologias importantes para o desenvolvimento da sociedade.

Rol de Disciplinas eletivas:

- Gestão e Empreendedorismo
- Saneamento Básico
- Maquetes
- Terraplanagens Pavimentação e Barragens
- Sistemas Construtivos

## 4.9. Avaliação

### 4.9.1. Avaliação da Aprendizagem

Conforme as Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IF Farroupilha, a avaliação da aprendizagem dos estudantes do curso Técnico em Edificações Subsequente, visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão do curso, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da apropriação de conhecimentos e avaliação quantitativa, o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de ensino aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos (as) estudantes.

A avaliação do rendimento escolar enquanto elemento formativo é condição integradora entre ensino e aprendizagem e deverá ser ampla, contínua, gradual, dinâmica e cooperativa, acontecendo paralelamente ao desenvolvimento de conteúdos.

Para a avaliação do rendimento dos estudantes, serão utilizados instrumentos de natureza variada e em número amplo o suficiente para poder avaliar o desenvolvimento de capacidades e saberes com ênfases distintas ao longo do período letivo.

O professor deixará claro aos estudantes, por meio do Plano de Ensino, no início do período letivo, os critérios para avaliação do rendimento escolar. Os resultados da avaliação de aprendizagem deverão ser informados ao estudante, pelo menos duas vezes por semestre, ou seja, ao final de cada bimestre, a fim de que estudante e professor possam, juntos, criar condições para retomar aspectos nos quais os objetivos de aprendizagem não tenham sido atingidos. Serão utilizados no mínimo três instrumentos de avaliação desenvolvidos no decorrer do semestre letivo.

Durante todo o itinerário formativo do estudante, deverão ser previstas atividades de recuperação paralela, complementação de estudos dentre outras para atividades que o auxiliem a ter êxito na sua aprendizagem, evitando a não compreensão dos conteúdos, a reprovação e/ou evasão. A carga horária da recuperação paralela não está incluída no total da carga horária da disciplina e da carga horária total do curso.

Cada docente deverá propor, em seu planejamento semanal, estratégias de aplicação da recuperação paralela dentre outras atividades visando à aprendizagem dos estudantes, as quais deverão estar previstas no plano de ensino, com a ciência da CGE e da Assessoria Pedagógica do *Campus*.

No final do primeiro bimestre de cada semestre letivo, o professor comunicará aos estudantes o resultado da avaliação diagnóstica parcial do semestre.

Após avaliação conjunta do rendimento escolar do estudante, o Conselho de Classe Final decidirá quanto à sua retenção ou progressão, baseado na análise dos comprovantes de acompanhamento de estudos e oferta de recuperação paralela. Serão previstas, durante o curso, avaliações integradas envolvendo os componentes curriculares para fim de articulação do currículo.

O sistema de avaliação do IF Farroupilha é regulamento por normativa própria. Entre os aspectos relevantes segue o exposto abaixo:

- Os resultados da avaliação do aproveitamento são expressos em notas.
- Para o estudante ser considerado aprovado deverá atingir: Nota 7,0 (sete), antes do Exame Final; Média mínima 5,0 (cinco), após o Exame Final.
- No caso do estudante não atingir, ao final do semestre, a nota 7,0 e a nota for superior a 1,7 terá direito a exame, sendo assim definido:
  - A média final da etapa terá peso 6,0 (seis).
  - O Exame Final terá peso 4,0 (quatro).

Considera-se aprovado, ao término do período letivo, o (a) estudante que obtiver nota, conforme orientado acima, e frequência mínima de 75% em cada disciplina.

Maior detalhamento sobre os critérios e procedimentos de avaliação é encontrado no regulamento próprio de avaliação.

#### **4.9.2. Autoavaliação Institucional**

A avaliação institucional é um orientador para o planejamento das ações vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como a todas as atividades que lhe servem de suporte. Envolve desde a gestão até o funcionamento de serviços básicos para o funcionamento institucional, essa avaliação acontecerá por meio da Comissão Própria de Avaliação, instituída desde 2009 por meio de regulamento próprio avaliado pelo CONSUP.

Os resultados da autoavaliação relacionados ao Curso Técnico em Edificações Subsequente são tomados como ponto de partida para ações de melhoria em suas condições físicas e de gestão.

#### **4.10. Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores**

O aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursados com êxito em outro curso.

O aproveitamento de estudos anteriores poderá ser solicitado pelo estudante e deve ser avaliado por Comissão de Análise composta por professores da área de conhecimento com os critérios expostos nas Diretrizes Institucionais para os cursos técnicos do IF Farroupilha.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser protocolado no Setor de Registros Acadêmicos do *Campus*, por meio de formulário próprio, acompanhado de histórico escolar completo e atualizado da Instituição de origem, da ementa e programa do respectivo componente curricular.

#### **4.11. Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores**

Entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso em que o estudante comprove domínio de conhecimento por meio de aprovação em avaliação a ser aplicada pelo IF Farroupilha.

Conforme as Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IF Farroupilha, a certificação de conhecimentos por disciplina somente pode ser aplicada em curso que prevê matrícula por disciplina, cabendo assim, caso solicitado pelo estudante, a certificação de conhecimentos para os estudantes do Curso Técnico em Edificações Subsequente. O detalhamento para os critérios e procedimentos para a certificação de conhecimentos e experiências anteriores estão expressos nas Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IF Farroupilha.

De acordo com as Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IF Farroupilha, não serão previstas Certificações Intermediárias nos cursos técnicos do IF Farroupilha, salvo os casos necessários para Certificação de Terminalidade Específica.

#### 4.12. Expedição de Diploma e Certificados

Conforme Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IF Farroupilha, a certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou ao reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

O IF Farroupilha deverá expedir e registrar, sob sua responsabilidade, os diplomas de técnico de nível médio para os estudantes do Curso Técnico em Edificações Subsequente, aos estudantes que concluíram com êxito todas as etapas formativas previstas no seu itinerário formativo.

Os diplomas de técnico de Nível Médio devem explicitar o correspondente título de Técnico em Edificações, indicando o eixo tecnológico ao qual se vincula. Os históricos escolares que acompanham os diplomas devem explicitar os componentes curriculares cursados, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão, explicitando as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento dos concluintes.

## 4.13. Ementário

### 4.13.1. Componentes curriculares obrigatórios

1º Semestre	
<b>Componente Curricular:</b> Desenho Assistido por Computador	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 1º semestre
<b>Ementa</b>	
Comandos de software tipo <i>Cad</i> . Desenho de figuras geométricas, suas projeções ortogonais e cortes. Interface do programa, Interface com o programa, Controle de imagem, Edição, Consulta de propriedades dos objetos, Hachuras e gradiente, Textos, Cotas, Plotagem, Configurações.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Interface do programa. Comandos de software tipo <i>Cad</i> .	
<b>Área de Integração</b>	
Desenho Técnico I: Normas técnicas da ABNT, Projeções Ortogonais, cotas e dimensionamento, escalas, simbologia e convenções. Noções básicas de perspectiva; Sistemas Prediais I: Instalações hidráulicas para água fria.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
ABNT. <b>Coletânea de Normas de Desenho Técnico</b> . São Paulo: SENAI-DTE-DMD, 1990. OMURA, G. <b>AutoCAD 2000</b> : Guia de Referência. São Paulo: Makron Books, 2000. BALDAM, Roquemar & COSTA, Lourenço. <b>AutoCAD 2013</b> : Utilizando Totalmente. São Paulo: Editora Erica, 2012.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
MONTENEGRO, Gildo. <b>Desenho arquitetônico</b> . São Paulo: Edgard Blücher, 2006. CARDÃO, Celso. <b>Técnica da Construção</b> . 6. ed. Belo Horizonte: Engenharia e Arquitetura, 1988 GILL, Robert. <b>Desenho para Apresentação de Projetos</b> . Rio de Janeiro: Ediouro, 1984.	

1º Semestre	
<b>Componente Curricular:</b> Informática Básica	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 1º semestre
<b>Ementa</b>	
Aspectos introdutórios de sistemas computacionais. Histórico da evolução dos computadores. Noções sobre componentes e periféricos. Definições sobre <i>peopleware</i> e <i>software</i> . Sistemas operacionais. Noções de softwares aplicativos Office: editor de texto, criação e edição de documentos, arquivos, formatação de documentos e impressão. Software de apresentação: Elaborando slides para apresentação, inserção de imagens e impressão.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Noções de softwares aplicativos Office: editor de texto, criação e edição de documentos, arquivos, formatação de documentos e impressão.	
<b>Área de Integração</b>	
Orçamento e Programação de Obras: Composição de custos unitários; Topografia I: Planimetria.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. <b>Introdução à informática</b> . 8. ed. São Paulo: Pearson Printice Hall, 2004. LIMA JUNIOR, Almir Wirth. <b>Hardware PC</b> : guia de referência. 3. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008. LOBO, J. R. E., L.; <b>BrOffice Writer: nova solução em código aberto na editoração de textos</b> . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008	
<b>Bibliografia Complementar</b>	

ESTEVES, Valdir. **Dominando o processador de texto do OpenOffice.org**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005.  
 MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Izabel N. G. **Estudo dirigido de informática básica**. São Paulo: Érica, 2007.  
 NORTON, Peter. **Introdução à informática**. São Paulo: Makron Books, 2009.

<b>Componente Curricular:</b> Desenho Técnico I	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 1º semestre
<b>Ementa</b>	
Normas técnicas da ABNT relacionadas ao Desenho Técnico. Instrumentos e materiais de desenho. Projeções Ortogonais. Cotas e dimensionamento. Escalas. Simbologia e convenções. Noções básicas de perspectiva.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Normas técnicas da ABNT, Escalas, Projeções ortogonais e Simbologias.	
<b>Área de Integração</b>	
Matemática Aplicada: geometria (formas geométricas, ângulos, vértices e lados, área dos principais polígonos, volume dos principais sólidos); Sistemas Prediais I: instalações hidráulicas para água fria.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
CARVALHO, Benjamin de A. <b>Desenho Geométrico</b> . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1982. FIORANI <i>et al.</i> <b>Desenho Técnico 1: Exercícios</b> . São Bernardo do Campo: Editora Paym, 1998. FRENCH, Thomas E. & VIERCK, Charles J. <b>Desenho Técnico e tecnologia gráfica</b> . Rio de Janeiro: Editora Globo, 1995.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
MONTENEGRO, Gildo. <b>Desenho arquitetônico</b> . São Paulo: Edgard Blücher, 1978. GILL, Robert. <b>Desenho para Apresentação de Projetos</b> . Rio de Janeiro: Ediouro, 1981. NEUFERT, E. <b>Arte de projetar em arquitetura</b> . Barcelona: Gustavo Gilli, 1988.	

<b>Componente Curricular:</b> Conforto das Edificações	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 1º semestre
<b>Ementa</b>	
Definição de conforto. Normas técnicas de conforto acústico, térmico e lumínico. Conforto térmico: respostas humanas ao ambiente térmico; propriedades dos materiais e tecnologias empregadas; Instrumentos de avaliação; Índices de conforto. Conforto acústico: respostas humanas ao som; propriedades dos materiais e tecnologias empregadas; Instrumentos de avaliação; Índices de conforto. Conforto lumínico: respostas humanas à luz; luz natural e luz artificial; objetivos e sistemas de iluminação; propriedades dos materiais e tecnologias empregadas; Instrumentos de avaliação; Índices de conforto.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Normas técnicas de conforto acústico, térmico e lumínico.	
<b>Área de Integração</b>	
Matemática Aplicada: geometria, trigonometria; Materiais e Técnicas Construtivas I: sistemas construtivos em alvenaria e concreto armado, Características gerais, propriedades, utilização e obtenção de materiais.	
<b>Bibliografia Básica</b>	

FROTA, Anésia, SCHIFFER, Sueli. <b>Manual de Conforto Térmico</b> . São Paulo: Nobel, 2007.
LAMBERTS. Roberto, <i>et al.</i> <b>Eficiência Energética na Arquitetura</b> . São Paulo: PW, 1997.
PANERO, J.; ZELNIK, Martin. <b>Dimensionamento Humano para Espaços Interiores</b> . Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
<b>Bibliografia Complementar</b>
SCHMID, Aloísio. <b>A ideia de conforto</b> : reflexões sobre o ambiente construído. Curitiba: Pacto Ambiental, 2005.
VIANNA, Nelson Solano, GONÇALVES, Joana. <b>Iluminação e Arquitetura</b> . 3 ed. São Paulo: Geros, 2007.
BITTENCOURT, Leonardo. <b>Uso das cartas solares</b> : diretrizes para Arquitetos. Maceió: EDUFAL, 1990.

<b>Componente Curricular:</b> Materiais e Técnicas Construtivas I	
<b>Carga Horária:</b> 120 h/a	<b>Período Letivo:</b> 1º semestre
<b>Ementa</b>	
Etapas construtivas de obras: serviços preliminares, locação, canteiro de obras, transportes horizontais e verticais. Sistemas construtivos em alvenaria e concreto armado. Sistemas básicos de fundações. Características gerais, propriedades, ensaios, utilização e obtenção de materiais (aglomerados, cal, gesso, cimento <i>portland</i> , agregados para argamassa e concretos, aço para concreto armado e alvenarias). Interpretação de projetos.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Canteiro de obras e locação. Sistemas construtivos em alvenaria e concreto armado.	
<b>Área de Integração</b>	
Matemática Aplicada: sistema métrico decimal; razões e proporções; geometria;	
Resistência dos Materiais: propriedades mecânicas dos materiais;	
Máquinas, Equipamentos, Ferramentas e Segurança no Trabalho: medidas de proteção.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
BAUER, Falcão. <b>Materiais de construção</b> . v. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.	
HELENE, Paulo. <b>Manual de dosagem e controle do concreto</b> . São Paulo: PINI, 2001.	
KLOSS, César Luiz. <b>Materiais de Construção</b> . Curitiba, Ed. CEFET/PR, 1991.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
BASÍLIO, Francisco de Assis. <b>Agregados para Concreto</b> . São Paulo: Associação Brasileira de Cimento Portland, 1984.	
GIAMUSSO, Salvador E. <b>Manual do Concreto</b> . São Paulo: PINI, 1992.	
MEHTA, P. Kumar. <b>Concreto</b> : estrutura, propriedades e materiais. São Paulo: PINI, 1994.	

<b>Componente Curricular:</b> Máquinas, Equipamentos, Ferramentas e Segurança no Trabalho	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 1º semestre
<b>Ementa</b>	
Manuseio e manutenção de ferramentas e equipamentos utilizados na construção civil. Elementos de fixação (anéis elásticos, pregos, parafusos, rebites, abraçadeiras), conjuntos mecânicos, transmissão por engrenagens, transmissão por correias, lubrificantes, Higiene, condições do ambiente de trabalho, medicina do trabalho e controle médico, riscos, segurança e programas educativos. CIPA, SESMT, EPIs, EPCs, medidas de proteção, insalubridade, periculosidade e ergonomia.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Manuseio e manutenção de ferramentas e equipamentos utilizados na construção civil, condições do ambiente de trabalho, EPIs, EPCs, medidas de proteção, insalubridade, periculosidade e ergonomia.	
<b>Área de Integração</b>	

Gerenciamento ambiental: poluição ambiental. Introdução à Gestão Ambiental. Normas de sistemas de gestão ambiental: ISO 14.000. Diretrizes para sistemas de produção mais limpa;
Materiais e técnicas construtivas I: Serviços preliminares, locação, canteiro de obras, transportes horizontais e verticais.
<b>Bibliografia Básica</b>
ANTUNES, IZILDO E MARCOS A.C. FREIRE. <b>Elementos de Máquinas</b> . São Paulo: Érica, 1997.
SAMPAIO, José Carlos de Arruda. <b>Manual de Aplicação da NR 18 – Ilustrado</b> . São Paulo: PINI, 1998.
WITTE, HORST. <b>Máquinas Ferramenta: Elementos Básicos de Máquinas e Técnicas de Construção</b> . São Paulo: Hemus, 1998.
<b>Bibliografia Complementar</b>
ZOCCHIO, Alvaro. <b>Prática da prevenção de acidentes: ABC Segurança do Trabalho</b> , São Paulo: Atlas, 2002.
EQUIPE ATLAS. <b>Manual de legislação: segurança e medicina do trabalho</b> . São Paulo: Atlas, 1998
SAMPAIO, José Carlos de Arruda. <b>PCMAT: programa de condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção</b> . São Paulo: PINI, 1986.

<b>Componente Curricular:</b> Sistemas Prediais I	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 1º semestre
<b>Ementa</b>	
Conceitos relativos às instalações hidráulicas para água fria e quente, esgotos sanitários, pluviais, combate a incêndios e instalações de gás a partir das normas técnicas brasileiras e de técnicas consagradas de execução dos serviços. Padrões de potabilidade. Sistema de abastecimento de água. Sistema de esgotamento sanitário. Normas da ABNT relativas a instalações hidrossanitárias prediais.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Conceitos relativos às instalações hidráulicas para água fria e quente, esgotos sanitários, pluviais a partir das normas técnicas brasileiras e de técnicas consagradas de execução dos serviços.	
<b>Área de Integração</b>	
Desenho Técnico II: Representação dos elementos gráficos de projeto (plantas, cortes, fachadas e vistas; Representação de detalhamento;	
Máquinas, Equipamentos, Ferramentas e Segurança no Trabalho: Manuseio e manutenção de ferramentas e equipamentos utilizados na construção civil.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
CREDER, H. <b>Instalações Hidráulicas e Sanitárias</b> . Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1991.	
MACINTYRE, A. <b>Instalações Hidráulicas: Prediais e Industriais</b> . Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1996.	
BOTELHO, M. H. C. & RIBEIRO JR, G. A. <b>Instalações Hidráulicas Feitas para Durar: Usando Tubos de PVC</b> . São Paulo: Ed. Pró-Editores, 1998	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
VIANNA, M. R. <b>Instalações Hidráulicas Prediais</b> . Belo Horizonte: IEA EDITORA, 1993.	
GONCALVES, O. M. <i>et al.</i> <b>Execução e Manutenção de Sistemas Hidráulicos Prediais</b> . São Paulo: PINI, 2000.	
MACINTYRE, A. <b>Manual de Instalações Hidráulicas e Sanitárias</b> . Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1990.	

<b>Componente Curricular:</b> Matemática Aplicada	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 1º semestre
<b>Ementa</b>	

Números fracionários, sistema métrico decimal, razões e proporções, grandezas proporcionais, porcentagem e juros, produtos notáveis, fatoração, relações métricas, geometria (formas geométricas, ângulos, vértices e lados, área principais polígonos, volume dos principais sólidos) e trigonometria (relações trigonométricas, Lei dos Senos, Lei dos cossenos, Aplicações práticas). Coordenadas (Plano cartesiano; Eixos, quadrantes, planos e orientação; Aplicações).
<b>Ênfase Tecnológica</b>
Sistema métrico decimal, relações métricas, geometria (formas geométricas, ângulos, vértices e lados, área principais polígonos, volume dos principais sólidos) e trigonometria (relações trigonométricas, Lei dos Senos, Lei dos cossenos, Aplicações práticas).
<b>Área de Integração</b>
Topografia I: Planimetria; Topografia II: Altimetria; Desenho Técnico I: Projeções Ortogonais. Cotas e dimensionamento. Escalas; Materiais e técnicas Construtivas I: Sistemas construtivos em alvenaria e concreto armado. Sistemas básicos de fundações. Características gerais, propriedades, ensaios, utilização e obtenção de materiais.
<b>Bibliografia Básica</b>
DANTE, Luiz Roberto. <b>Tudo é Matemática</b> . São Paulo: Ática, 2011. DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. <b>Geometria Plana</b> . São Paulo: Atual, 2005. IEZZI, Gelson [Et Al.]. <b>Matemática: Ciência e Aplicações</b> . São Paulo: Atual, 2010.
<b>Bibliografia Complementar</b>
DANTE, Luiz Roberto. <b>Matemática: contexto &amp; aplicações</b> . São Paulo: Ática, 2010. DANTE, Luiz Roberto. <b>Tudo é matemática: 6º ano</b> . São Paulo: Ática, 2010. DANTE, Luiz Roberto. <b>Tudo é matemática: 7º ano</b> . São Paulo: Ática, 2011.

2º Semestre	
<b>Componente Curricular:</b> Informática Aplicada	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 2º semestre
<b>Ementa</b>	
Utilização segura da internet, navegadores, prevenção de vírus. Noções sobre pesquisas em sites de busca. Noções de softwares aplicativos Office: O que é planilha eletrônica, como criar uma planilha de uso prático, utilização de planilha eletrônica, pastas de trabalho e planilhas, formatação e edição de planilhas, uso de fórmulas e funções, confecção de gráficos, visualização e impressão de planilhas, facilidades dos comandos especiais.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Utilização de planilha eletrônica, pastas de trabalho e planilhas, formatação e edição de planilhas, uso de fórmulas e funções, confecção de gráficos, visualização e impressão de planilhas.	
<b>Área de Integração</b>	
Topografia I: Planimetria; Sistemas Prediais I: instalação hidráulicas para água fria; Desenho assistido por computador II: Computação gráfica: elementos gráficos de projetos de arquitetura.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. <b>Introdução à informática</b> . 8. ed. São Paulo: Pearson Printice Hall, 2004. LIMA JUNIOR, Almir Wirth. <b>Hardware PC: guia de referência</b> . Rio de Janeiro: Alta Books, 2008. LOBO, J. R. E., L.; <b>BrOffice Writer: Nova Solução em Código Aberto na Edição de Textos</b> . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	

ESTEVES, Valdir. **Dominando o processador de texto do OpenOffice.org**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005.

MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Izabel N. G. **Estudo dirigido de informática básica**. 7 ed. São Paulo: Érica, 2007.

NORTON, Peter. **Introdução à informática**. São Paulo: Makron Books, 2009.

<b>Componente Curricular:</b> Desenho Técnico II	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 2º semestre
<b>Ementa</b>	
Normas Técnicas da ABNT relacionadas ao Desenho Técnico. Representação dos elementos gráficos de projeto (plantas, cortes, fachadas e vistas). Representação de detalhamento. Cotas e dimensionamento. Escalas. Simbologia e convenções.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Normas Técnicas da ABNT relacionadas ao Desenho Técnico. Escalas.	
<b>Área de Integração</b>	
Desenho Técnico I: Normas técnicas da ABNT, Projeções Ortogonais. Cotas e dimensionamento. Escalas. Simbologia e convenções;	
Matemática Aplicada: geometria;	
Sistemas Prediais I: instalação hidráulicas para água fria.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
FRENCH, Tomás E. & VIERCK, Charles J. <b>Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica</b> . 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 1995.	
GILL, Robert W. <b>Desenho de Perspectiva</b> . São Paulo: Martins Fontes, 1974.	
MACHADO, A. <b>Desenho na engenharia e arquitetura</b> . 3. ed. São Paulo: A. Machado, 1980.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
CHING, F. <b>Manual de Dibujo Arquitetônico</b> . Barcelona: Gustavo Gili, 1985.	
MONTENEGRO, Gildo. <b>Desenho arquitetônico</b> . São Paulo: Edgard Blücher, 1978.	
NEUFERT, E. <b>Arte de projetar em arquitetura</b> . Barcelona: Gustavo Gili, 1988.	

<b>Componente Curricular:</b> Topografia I	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 2º semestre
<b>Ementa</b>	
Conceitos, finalidade e importância da topografia e equipamentos topográficos; unidades de medidas; planimetria: cálculo de áreas e perímetros.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Equipamentos topográficos, planimetria: cálculo de áreas e perímetros.	
<b>Área de Integração</b>	
Matemática Aplicada: coordenadas, geometria, trigonometria;	
Desenho assistido por computador II: Computação gráfica: elementos gráficos de projetos de arquitetura;	
Materiais e técnicas construtivas I: Etapas construtivas de obras, Serviços preliminares, locação, canteiro de obras;	
Orçamento e programação de obras: Composição de custos unitários.	
<b>Bibliografia Básica</b>	

<p>ABNT. <b>Execução de levantamento topográfico</b>. NBR 13133. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.</p> <p>BORGES, A. C. <b>Topografia</b>. São Paulo: Edgard Blücher, 2008.</p> <p>COMASTRI, J. A. <b>Topografia Aplicada: Medição, Divisão e Demarcação</b>. Viçosa: Ed. UFV, 2001.</p>
<p><b>Bibliografia Complementar</b></p> <p>ESPARTEL, L. <b>Curso de Topografia</b>. Porto Alegre: Globo, 1973.</p> <p>CARDAO, Celso. <b>Topografia</b>. Belo Horizonte: Editora Arquitetura e Engenharia, 1970.</p> <p>COMASTRI, José Anibal. <b>Topografia, planimetria</b>. Viçosa: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1986.</p>

<b>Componente Curricular:</b> Estabilidade dos Solos e Fundações	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 2º semestre
<b>Ementa</b>	
<p>Processos de formação do solo. Caracterização, classificação e uso dos solos. Tensões. Tipos de estruturas e seus carregamentos. Vínculos e reações estruturais. Noções de estruturas de concreto armado. Sondagens Geotécnicas. Tipos de fundações. Rebaixamento do lençol freático e escavações. Carta geotécnica.</p>	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
<p>Classificação e uso dos solos. Tipos de fundações, Sondagens Geotécnicas. Carta Geotécnica.</p>	
<b>Área de Integração</b>	
<p>Matemática Aplicada: geometria - formas geométricas, ângulos, vértices e lados, área dos principais polígonos e volume dos principais sólidos;</p> <p>Topografia II: Altimetria e nivelamento na obra;</p> <p>Resistência de Materiais: tensão;</p> <p>Materiais e técnicas construtivas I: Sistemas básicos de fundações, concreto armado.</p> <p>Materiais e técnicas construtivas II: Sistemas de impermeabilização.</p>	
<b>Bibliografia Básica</b>	
<p>CAPUTO, H. P. <b>Mecânica dos Solos e suas Aplicações</b>. Rio de Janeiro: LTC, 1989.</p> <p>PINTO, C. S. <b>Curso Básico de Mecânica dos Solos em 16 aulas</b>. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.</p> <p>MASSAD, F. <b>Obras de Terra: Curso Básico de Geotecnia</b>. São Paulo: Oficina de Textos, 2003.</p>	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
<p>MARGARIDO, Aluízio F. <b>Fundamentos de Estruturas</b>. São Paulo: Zigurate Editora, 2003.</p> <p>GUSMÃO, A D. <b>Fundações profundas</b>: São Paulo: Notas de Aulas, 2002.</p> <p>PINTO, C.S. <b>Mecânica dos Solos</b>. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.</p>	

<b>Componente Curricular:</b> Desenho Assistido por Computador II	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 2º semestre
<b>Ementa</b>	
<p>Computação gráfica: elementos gráficos de projetos de arquitetura. Aplicativos do tipo CAD: teoria e prática na representação técnica em duas dimensões.</p>	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
<p>Computação gráfica: elementos gráficos de projetos de arquitetura.</p>	
<b>Área de Integração</b>	

<p>Desenho Técnico I: Normas técnicas da ABNT, Projeções Ortogonais. Cotas e dimensionamento. Escalas. Simbologia e convenções;</p> <p>Desenho Técnico II: Normas Técnicas da ABNT. Representação dos elementos gráficos de projeto - plantas, cortes, fachadas e vistas;</p> <p>Desenho Assistido por Computador I: Comandos de software tipo Cad. Desenho de figuras geométricas, suas projeções ortogonais e cortes. Interface do programa.</p>
<b>Bibliografia Básica</b>
<p>ABNT. <b>Coletânea de Normas de Desenho Técnico</b>. São Paulo: SENAI-DTE-DMD, 1990.</p> <p>OMURA, G. <b>AutoCAD 2000</b>: Guia de Referência. São Paulo: Makron Books, 2000.</p> <p>WIRTH, A. <b>AutoCAD 2000/2002 2D e 3D</b>. Rio de Janeiro: Alta Books, 2002.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>
<p>MONTENEGRO, Gildo. <b>Desenho arquitetônico</b>. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.</p> <p>GILL, Robert. <b>Desenho para Apresentação de Projetos</b>. Rio de Janeiro: Ediouro, 1984.</p> <p>NEUFERT, Ernest. <b>A Arte de Projetar em Arquitetura</b>. Barcelona: Gustavo Gili, 1994.</p>

<b>Componente Curricular:</b> Sistemas Prediais II	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 2º semestre
<b>Ementa</b>	
<p>Noções de instalações elétricas residenciais: definições, simbologia, localização de cargas elétricas, quadro de cargas, proteção contra sobrecargas, curtos-circuitos. Equipamentos básicos de eletricidade. Noções de instalações telefônicas: definições, simbologia, esquemas de tubulações e cabos (entrada primária e secundária).</p>	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
<p>Noções de instalações elétricas residenciais: definições, simbologia, localização de cargas elétricas, quadro de cargas, proteção contra sobrecargas, curtos-circuitos.</p>	
<b>Área de Integração</b>	
<p>Desenho Técnico II: Representação dos elementos gráficos de projeto (plantas, cortes, fachadas e vistas. Representação de detalhamento;</p> <p>Máquinas, Equipamentos, Ferramentas e Segurança no Trabalho: Manuseio e manutenção de ferramentas e equipamentos utilizados na construção civil.</p>	
<b>Bibliografia Básica</b>	
<p>ABNT. <b>Instalações Elétricas de Baixa Tensão</b>. Rio de Janeiro: ABNT, 1997.</p> <p>CREDER, H. <b>Instalações Elétricas</b>. Rio de Janeiro: LTC, 2002.</p> <p>COTRIM, A. M. B. <b>Instalações Elétricas</b>. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2009.</p>	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
<p>NISKIER, J., MACINTYRE A.C. <b>Instalações Elétricas</b>. Rio de Janeiro: LTC, 1996.</p> <p>AMARAL, A. D. do. <b>Prontuário de Instalações Elétricas segundo NR-10 para a PROCEL Projetos e Construções Elétricas Ltda</b>. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006.</p> <p>BONADIMAN, H. <b>Eletricidade: Um Ensino Experimental</b>. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1986.</p>	

<b>Componente Curricular:</b> Materiais e Técnicas Construtivas II	
<b>Carga Horária:</b> 120 h/a	<b>Período Letivo:</b> 2º semestre
<b>Ementa</b>	
<p>Alvenarias. Características gerais, propriedade, ensaios, utilização, obtenção de materiais e técnicas construtivas de: alvenaria, coberturas. Sistemas de impermeabilização e esquadrias.</p>	

<b>Ênfase Tecnológica</b>
Alvenarias.
<b>Área de Integração</b>
Desenho Técnico II: representação dos elementos gráficos de projeto - plantas, cortes, fachadas e vistas; Orçamento e Programação De Obras: composição de custos unitários; Sistemas Prediais II: instalações elétricas residenciais.
<b>Bibliografia Básica</b>
AZEREDO, H. A. <b>O edifício e seu acabamento</b> . São Paulo: Edgard Blücher, 2004. BORGES, A. C. <b>Prática das pequenas construções</b> . São Paulo: Edgard Blücher, 1998. YAZIGI, W. <b>A técnica de edificar</b> . São Paulo: PINI, 1999.
<b>Bibliografia Complementar</b>
CARDÃO, Celso. <b>Técnicas de Construção</b> . Belo Horizonte: Editora Globo, 1969 BORGES, Alberto de Campos. <b>A Prática das Pequenas Construções</b> . São Paulo: Edgard Blucher, 1975. RIPPER, E. <b>Como evitar erros na construção</b> . São Paulo: PINI, 1996.

<b>Componente Curricular:</b> Resistência dos Materiais	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 2º semestre
<b>Ementa</b>	
Tensão, deformação e propriedades mecânicas dos materiais. Carga axial, torção, flexão, cisalhamento transversal. Deflexão de vigas. Comportamento térmico. Cargas combinadas. Transformação de tensão. Transformação da deformação. Flambagem de colunas.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Tensão, deformação e propriedades mecânica dos materiais. Carga axial, torção, flexão, cisalhamento transversal.	
<b>Área de Integração</b>	
Matemática Aplicada: geometria, trigonometria; Estabilidade dos solos e fundações: Tensões, Tipos de estruturas e seus carregamentos, Vínculos e reações estruturais.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
HIBBELER, R.C. <b>Resistência dos Materiais</b> . 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. BEER, F.P. & JOHNSTON, JR., E.R. <b>Resistência dos materiais</b> . 3 ed. São Paulo: Makron Books, 1995. TIMOSHENKO, S.P. <b>Resistência dos Materiais</b> . Rio de Janeiro: LTC, 1982.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
SHACKELFORD, James F. <b>Ciência dos Materiais</b> . 6 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2008. ANTUNES, Izildo & FREIRE, Marcos A. C. <b>Elementos de Máquinas</b> . São Paulo: Érica, 1997. <b>Pd</b> – 7. ed. São Paulo: Érica. 2007.	

<b>3º Semestre</b>	
<b>Componente Curricular:</b> Patologias das Construções	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 3º semestre
<b>Ementa</b>	
Tipos de patologias construtivas. Causas, consequências e formas de prevenção e correção. Análise técnica em vistorias	

<b>Ênfase Tecnológica</b>
Causas, consequências e formas de prevenção e correção.
<b>Área de Integração</b>
Materiais e Técnicas Construtivas I: sistemas construtivos em alvenaria e concreto armado. Sistemas básicos de fundações;
Materiais e Técnicas Construtivas II: alvenarias, coberturas. Sistemas de impermeabilização e esquadrias;
Materiais e Técnicas Construtivas III: Revestimentos de paredes pisos e forros. Sistemas de pintura.
<b>Bibliografia Básica</b>
IBAPE. <b>Perícias de engenharia</b> . São Paulo: PINI, 2008.
HELENE, P. R.L. <b>Manual para reparo, reforço e proteção de estruturas de concreto</b> . São Paulo: PINI, 1992.
MARCELLI, M. <b>Sinistros na construção civil</b> . São Paulo: PINI. 2007.
<b>Bibliografia Complementar</b>
CASCUDO, Oswaldo. <b>O controle da corrosão de armaduras em concreto</b> : inspeção e técnicas. São Paulo: PINI, 1997.
RIPPER, E. <b>Como evitar erros na construção</b> . São Paulo: PINI, 1996.
THOMAZ, Ercio. <b>Trincas em edifícios</b> : Causas, Prevenção e Recuperação. São Paulo: PINI, 2007.

<b>Componente Curricular:</b> Desenho Assistido por Computador III	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 3º semestre
<b>Ementa</b>	
Computação gráfica: elementos gráficos para os projetos complementares (elétrico, hidrossanitário e estrutural). Aplicativos do tipo CAD: teoria e prática na representação técnica em duas dimensões.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Elementos gráficos para os projetos complementares (elétrico, hidrossanitário e estrutural).	
<b>Área de Integração</b>	
Sistemas Prediais I: instalação hidráulicas para água fria;	
Sistemas prediais II: instalações elétricas residenciais.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
BALDAM, R. <b>AutoCAD 2000</b> : Utilizando Totalmente 2D, 3D e Avançado. São Paulo: Érica, 1999.	
BALDAM, R. <b>AutoCAD 2002</b> : Utilizando Totalmente 2D, 3D e Avançado. São Paulo: Érica, 2002.	
MATSUMOTO, Élia Yathie. <b>AutoCAD 2006</b> : Guia Prático - 2D & 3D. São Paulo: Érica, 2005.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
MONTENEGRO, Gildo. <b>Desenho arquitetônico</b> . São Paulo: Edgard Blücher, 2006.	
GILL, Robert. <b>Desenho para Apresentação de Projetos</b> . Rio de Janeiro: Ediouro, 1984.	
NEUFERT, Ernest. <b>A Arte de Projetar em Arquitetura</b> . Barcelona: Gustavo Gili, 1994.	

<b>Componente Curricular:</b> Topografia II	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 3º semestre
<b>Ementa</b>	
Topografia na construção civil: planimetria, altimetria, locação e nivelamento de obras.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Altimetria, nivelamento de obras.	

<b>Área de Integração</b>
Desenho assistido por computador II: Computação gráfica: elementos gráficos de projetos de arquitetura; Materiais e técnicas construtivas I: Etapas construtivas de obras, Serviços preliminares, locação, canteiro de obras; Orçamento e programação de obras: Composição de custos unitários.
<b>Bibliografia Básica</b>
ABNT. <b>Execução de levantamento topográfico</b> . NBR 13133. Rio de Janeiro: ABNT, 1994. BORGES, Alberto Campos. <b>Topografia Aplicada a Engenharia Civil</b> . São Paulo: Edgard Blücher, 2008. COMASTRI, José Aníbal, TULER, José Cláudio. <b>Topografia</b> : Altimetria. Viçosa: UFV, 2003.
<b>Bibliografia Complementar</b>
ESPARTEL, Lelis. <b>Caderneta de Campo</b> . Porto Alegre: Globo, 1983. FONSECA, Romulo Soares. <b>Elementos de desenho topográfico</b> . São Paulo: McGraw-Hill, 1973. PARADA, M. de Oliveira. <b>Elementos de Topografia</b> : Manual Prático e Teórico de Medições e Demarcações de Terra. São Paulo: Edgar Blucher, 1992.

<b>Componente Curricular:</b> Gerenciamento Ambiental	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 3º semestre
<b>Ementa</b>	
Noções para caracterização de Ambientes Naturais e Antropizados. Noções de Legislação Ambiental e Plano Diretor do Município. Aspectos teóricos sobre poluição ambiental, gerenciamento de resíduos, gerenciamento de recursos hídricos e alternativas energéticas. Histórico e conceituação de Desenvolvimento Sustentável. Introdução à Gestão Ambiental. Normas de sistemas de gestão ambiental: ISO 14.000. Diretrizes para sistemas de produção mais limpa	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Noções de Legislação Ambiental, poluição ambiental, gerenciamento de resíduos, diretrizes para sistemas de produção mais limpa.	
<b>Área de Integração</b>	
Topografia I: Planimetria; Topografia II: Altimetria; Estabilidade dos Solos e Fundações: carta geotécnica; Conforto das Edificações: Conforto térmico, conforto acústico, índices de conforto, conforto lumínico.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
DIAS, R. <b>Gestão Ambiental</b> : Responsabilidade Social e Sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006. MOREIRA, M. S. <b>Pequeno Manual de Treinamento em Sistema de Gestão Ambiental</b> . Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços LTDA, 2005. DIAS, G. <b>Eco Percepção</b> : um resumo didático dos desafios socioambientais. São Paulo: Gaia, 2004.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
MACEDO, R. K. <b>Gestão ambiental</b> . Rio de Janeiro: ABES, 1994. ABNT - ISO 14.001. <b>Sistemas de Gestão Ambiental</b> : Especificação e Diretrizes para Uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. FRANK, Beate & GROTHE-SENF, Anja. <b>Avaliação do Desempenho Ambiental Ampliado</b> . Blumenau: Editora Edifurb, 2006.	

<b>Componente Curricular:</b> Materiais e Técnicas Construtivas III
---

<b>Carga Horária:</b> 100 h/a	<b>Período Letivo:</b> 3º semestre
<b>Ementa</b>	
Características gerais, propriedade, ensaios, utilização, obtenção de materiais e técnicas construtivas de: revestimentos de paredes, pisos e forros. Sistemas de pintura. Entrega da obra	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Revestimentos de paredes, pisos e forros. Sistemas de pintura. Entrega da obra	
<b>Área de Integração</b>	
Materiais e Técnicas Construtivas II: alvenarias; Estabilidade dos Solos e Fundações: tipos de estruturas e carregamentos, tipos de fundações; Patologias das construções: formas de prevenção.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
AZEREDO, H. A. <b>O edifício e seu acabamento</b> . São Paulo: Edgard Blücher, 2004. BORGES, A. C. <b>Prática das pequenas construções</b> . São Paulo: Edgard Blücher, 1998. YAZIGI, W. <b>A técnica de edificar</b> . São Paulo: PINI, 1999.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
PICCHI, Flávio. <b>Impermeabilização de Coberturas</b> . São Paulo: PINI, 1986. CARDÃO, Celso. <b>Técnicas de Construção</b> . Belo Horizonte: MG: Engenharia e Arquitetura, 1969. BORGES, Alberto de Campos. <b>A Prática das Pequenas Construções</b> . São Paulo: Edgard Blücher, 1975. 1º e 2º volumes.	

<b>Componente Curricular:</b> Projetos Integrados I	
<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Período Letivo:</b> 3º semestre
<b>Ementa</b>	
Metodologia do projeto de arquitetura. Elementos Orientadores: ergonomia; programa de necessidades, terreno, meio ambiente e legislação. Condicionantes de acessibilidade e mobilidade urbana. Relação dos elementos de composição, sistemas estruturais, distribuição e circulação, zoneamento e relação volumétrica e funcional. Desenvolvimento de projeto arquitetônico e os respectivos projetos complementares de engenharia dentro dos limites previstos por lei.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Desenvolvimento de projeto arquitetônico e os respectivos projetos complementares de engenharia dentro dos limites previstos por lei.	
<b>Área de Integração</b>	
Desenho Técnico II: representação dos elementos gráficos de projeto (plantas, cortes, fachadas e vistas), Representação de detalhamento, Cotas e dimensionamento; Topografia I: Planimetria; Topografia II: Altimetria; Desenho Assistido por Computador II: Computação gráfica: elementos gráficos de projetos de arquitetura; Conforto das edificações: conforto acústico, térmico e lumínico.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
ABNT. <b>NBR 9050/2004</b> . Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. ABNT. <b>NBR 9077/2001</b> . Saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 2001. NEUFERT, E. <b>Arte de projetar em arquitetura</b> . Barcelona: Gustavo Gilli, 1988.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	

- PANERO, Julius & Zelnik Martin. **Las Dimensiones Humanas en los Espacios Interiores**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.
- AZEREDO, Helio Alves de. **O Edifício até sua cobertura**. 2. ed. Rev. São Paulo: Edgard Blucher, 1997.
- MASCARÓ, J. L. **O custo das decisões arquitetônicas**. Porto Alegre: Ed. +4, 2004.

<b>4º Semestre</b>	
<b>Componente Curricular:</b> Orçamento e Programação de Obras	
<b>Carga Horária:</b> 60 h/a	<b>Período Letivo:</b> 4º semestre
<b>Ementa</b>	
Sistemática de orçamentação de obras pelo sistema sumário (NBR 12721/ABNT) e pelo sistema detalhado. Composição de custos unitários. Cronograma físico-financeiro. Orçamentação direcionada à obras de licitação.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Composição de custos unitários. Cronograma físico-financeiro.	
<b>Área de Integração</b>	
Informática Aplicada: Planilhas eletrônicas; Desenho Técnico II: Representação dos elementos gráficos de projeto (plantas, cortes, fachadas e vistas), Representação de detalhamento; Ética, Legislação e Responsabilidade social: Responsabilidade social. Economia. Ética e Moral. Bioética; Projetos Integrados II: Memorial Descritivo da Obra.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
GIAMUSSO, S. <b>Orçamento e custos na construção civil</b> . São Paulo: PINI, 1991. GOLDMAN, P. <b>Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil</b> . São Paulo: PINI, 2004. LIMMER, Carl Vicent. <b>Planejamento, orçamentação e controle de projetos e obras</b> . Rio de Janeiro: LTC, 1997.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
TCPO 2000. <b>Tabela de composição de preços para orçamentos</b> . São Paulo: PINI, 2000. DIAS, Paulo Roberto Vilela. <b>Engenharia de custos: metodologia de orçamentação para obras civis</b> . Curitiba: COPIARE, 2001. ABNT. <b>NBR 12721</b> . Avaliação de custos unitários e preparo de orçamento de construção para incorporação de edifício em condomínio. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.	

<b>Componente Curricular:</b> Ética, Legislação e Responsabilidade Social	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 4º semestre
<b>Ementa</b>	
Valores sociais. Normas e Leis da República do Brasil. Introdução ao Direito. Direito empresarial. Direito do Consumidor. Direito do Trabalho. Contratos. Direito Administrativo. Cidadania. Política. Responsabilidade social. Economia. Diversidade cultural. Cultura afro-brasileira e indígena. Direitos Humanos. Ética e Moral. Bioética.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Responsabilidade social. Ética e Moral. Bioética.	
<b>Área de Integração</b>	
Projetos Integrados I: Desenvolvimento de projeto arquitetônico e os respectivos projetos complementares de engenharia dentro dos limites previstos por lei; Gerenciamento Ambiental: Noções de Legislação Ambiental.	
<b>Bibliografia Básica</b>	

ARRUDA, Maria Cecília C. de; <b>Código de ética</b> : um instrumento que adiciona valor. São Paulo: Negócio Editora, 2002.
ASHLEY, Patrícia A. <b>Ética e responsabilidade social nos negócios</b> . São Paulo: Saraiva, 2002.
ANDRADE, Rui Otávio Bernardes; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. <b>Gestão Ambiental: Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento</b> . São Paulo: Makron Books, 2002.
<b>Bibliografia Complementar</b>
NASH, Laura. <b>Ética nas empresas</b> : um guia prático para soluções de problemas éticos nas empresas. São Paulo: Makron Books, 2001.
CANOTILHO, José Joaquim Gomes. <b>Direito constitucional</b> . Coimbra: Livraria Almedina, 1995.
DINIZ, Maria Helena. <b>Curso de Direito Civil Brasileiro</b> . São Paulo: Saraiva, 2010.

<b>Componente Curricular:</b> Leitura, Comunicação e Produção Textual	
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a	<b>Período Letivo:</b> 4º semestre
<b>Ementa</b>	
Leitura, compreensão e produção de textos. Níveis de linguagem e adequação linguística. Comunicação oral e escrita. Gêneros textuais: resumo, resenha, artigo científico, relatório.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Gêneros textuais: resumo, resenha, artigo científico, relatório.	
<b>Área de Integração</b>	
Projetos Integrados II: memorial descritivo.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
ABREU, A. S. <b>Curso de Redação</b> . São Paulo: Ática, 1991.	
ANDRADE, Maria Margarida & HENRIQUES, Antonio. <b>Língua Portuguesa</b> : noções básicas para cursos superiores. São Paulo: Atlas, 1996.	
BELTRAO, O. & BELTRAO, M. <b>Correspondência</b> : linguagem & comunicação. São Paulo: Ática, 1991.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
KOCH, Ingedore G. Villaca & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. <b>Texto e coerência</b> . São Paulo: Cortez, 1995.	
PLATAO & FIORIN. <b>Lições de texto</b> : leitura e redação. São Paulo: Ática, 1998.	
SERAFINI, Maria Teresa. <b>Como escrever textos</b> . São Paulo: Globo, 1998.	

<b>Componente Curricular:</b> Projetos Integrados II	
<b>Carga Horária:</b> 80 h/a	<b>Período Letivo:</b> 4º semestre
<b>Ementa</b>	
Desenvolvimento dos projetos complementares (elétrico e hidrossanitário) tendo como base o projeto arquitetônico desenvolvido na disciplina de Projetos Integrados I. Memorial Descritivo da Obra e documentos necessários para trâmites legais de aprovação de projetos nos órgãos fiscalizadores.	
<b>Ênfase Tecnológica</b>	
Desenvolvimento dos projetos complementares. Memorial Descritivo da Obra	
<b>Área de Integração</b>	

Desenho Assistido por Computador III: Computação gráfica: elementos gráficos para os projetos complementares - elétrico, hidrossanitário e estrutural;

Sistemas Prediais I: Sistema de abastecimento de água, Sistema de esgotamento sanitário, Normas da ABNT relativas a instalações hidrossanitárias prediais;

Sistemas Prediais II: instalações elétricas residenciais;

Projetos Integrados I: Desenvolvimento de projeto arquitetônico e os respectivos projetos complementares de engenharia dentro dos limites previstos por lei.

#### **Bibliografia Básica**

ABNT. NBR 9050/2004. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos.** Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ABNT. NBR 9077/2001. **Saídas de emergência em edifícios.** Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

NEUFERT, E. **Arte de projetar em arquitetura.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1988.

#### **Bibliografia Complementar**

PANERO, Julius & ZELNIK, Martin. **Las Dimensiones Humanas en los Espacios Interiores.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.

AZEREDO, Hélio Alves de. **O Edifício até sua cobertura.** São Paulo: Edgard Blucher, 1997.

MASCARÓ, J. L. **O custo das decisões arquitetônicas.** Porto Alegre: Ed. +4, 2004.

#### 4.13.2. Componentes curriculares optativos

<b>Componente Curricular:</b> Maquetes
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a
<b>Ementa</b>
Conceitos básicos integrados sobre o que é maquete, finalidade, fases de desenvolvimento, materiais, ferramentas e técnicas.
<b>Ênfase Tecnológica</b>
Conceitos básicos integrados sobre o que é maquete.
<b>Área de Integração</b>
Projetos integrados I: Metodologia do projeto de arquitetura.
<b>Bibliografia Básica</b>
CHIARELLI, Tadeu & CASTRO, Amilcar de. <b>Corte e dobra</b> . São Paulo: Cosac & Naify, 2003. KNOLL, Wolfgang & HECHINGER, Martin. <b>Maquetes arquitetônicas</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2003. MILLS, Criss B. <b>Projetando com maquetes</b> . Um guia para a construção e o uso de maquetes como ferramenta de projeto. Porto Alegre: Bookman, 2007.
<b>Bibliografia Complementar</b>
FRENCH, Tomás E. & VIERCK, Charles J. <b>Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica</b> . São Paulo: Editora Globo, 1995. GILL, Robert W. <b>Desenho de Perspectiva</b> . São Paulo: Martins Fontes, 1974. MACHADO, A. <b>Desenho na engenharia e arquitetura</b> . São Paulo: A. Machado, 1980.

<b>Componente Curricular:</b> Terraplanagem, Pavimentação e Barragens
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a
<b>Ementa</b>
Terraplanagem em solos. Noções de escavações rocha. Compactação de aterros. Noções de pavimentos. Estruturas de arrimo, taludes. Investigação geotécnica. Tipos de barragens.
<b>Ênfase Tecnológica</b>
Terraplanagem em solos. Noções de escavações rocha. Compactação de aterros. Noções de pavimentos.
<b>Área de Integração</b>
Materiais e técnicas construtivas I: canteiro de obras.
<b>Bibliografia Básica</b>
CRUZ, P. T. <b>100 barragens brasileiras: casos históricos, materiais de construção, projeto</b> . São Paulo: Oficina de textos, 2004. DNIT. <b>Manual de Pavimentação</b> . Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, 1996. ABRAM, I. & ROCHA, A. <b>Manual Prático de Terraplanagem</b> . Salvador, 2000. Mimeo.
<b>Bibliografia Complementar</b>
RICARDO, Hélio de Souza & CATALANI, Guilherme. <b>Manual prático de escavação: terraplanagem e escavação de rocha</b> . São Paulo: PINI, 2007. DNIT. <b>Manual de drenagem de rodovias</b> . Brasília: Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, 2006. SILVEIRA, J. F. A. <b>Instrumentação e segurança de barragens de terra e enrocamento</b> . São Paulo: Oficina de textos, 2006.

<b>Componente Curricular:</b> Gestão e Empreendedorismo
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a
<b>Ementa</b>
Pressupostos contextuais e conceituais sobre administração. Organizações como sistemas e subsistemas que existem a partir das funções da administração (planejamento, organização, direção e controle). Áreas organizacionais e construção da arquitetura organizacional. Conceitos de empreendedorismo. Características dos empreendedores. Importância dos empreendedores para o desenvolvimento. Intra-empendedorismo. Plano de Negócios: Caracterização da empresa. Estrutura e etapas do projeto. Estudo de mercado. Escala de produção. Os investimentos. Orçamento de custos e receitas. Fontes e usos dos recursos.
<b>Ênfase Tecnológica</b>
Conceitos de empreendedorismo. Características dos empreendedores. Importância dos empreendedores para o desenvolvimento
<b>Área de Integração</b>
Projetos integrados I: Metodologia do projeto de arquitetura.
<b>Bibliografia Básica</b>
BERNARDI, Luiz Antonio. <b>Manual de plano de negócios:</b> fundamentos, processos e estruturação. São Paulo: Atlas, 2006.
DORNELAS, J. C. A. <b>Empreendedorismo, tornando ideias em negócios.</b> Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 2001.
DRUCKER, P. <b>Inovação e Espírito Empreendedor.</b> São Paulo: Pioneira, 1991.
<b>Bibliografia Complementar</b>
BARON, Robert A. & SHANE, Scott A. <b>Empreendedorismo:</b> uma visão do processo. São Paulo: Cengage Learning, 2006.
BESSANT, John & TIDD, Joe. <b>Inovação e empreendedorismo.</b> Porto Alegre: Bookman, 2009.
BIAGIO, Luiz A. & BATOCCHIO, Antonio. <b>Plano de negócios.</b> São Paulo: Manole, 2005.

<b>Componente Curricular:</b> Sistemas Construtivos
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a
<b>Ementa</b>
A disciplina aborda alguns sistemas construtivos empregados na construção civil, tanto nas obras de pequeno, médio, como obras de grande porte. Serão abordadas técnicas construtivas de obras industriais, residências e também de infra-estrutura como pontes.
<b>Ênfase Tecnológica</b>
Sistemas construtivos empregados na construção civil.
<b>Área de Integração</b>
Materiais e Técnicas Construtivas I: Características gerais, propriedades, ensaios, utilização e obtenção de materiais (aglomerados, cal, gesso, cimento <i>portland</i> , agregados para argamassa e concretos, aço para concreto armado e alvenarias). Interpretação de projetos.
<b>Bibliografia Básica</b>
BAUER, Falcão. <b>Materiais de construção.</b> Rio de Janeiro: LTC, 2004.
HELENE, Paulo. <b>Manual de dosagem e controle do concreto.</b> São Paulo: PINI, 2001.
KLOSS, César Luiz. <b>Materiais de Construção.</b> Curitiba: Ed. CEFET/PR, 1991.
<b>Bibliografia Complementar</b>
GIAMUSSO, Salvador E. <b>Manual do Concreto.</b> São Paulo: PINI, 1992.
GIAMUSSO, Salvador E. <b>Preparo do Concreto.</b> São Paulo: Ed. ABCP, 1983.
MEHTA, P. Kumar. <b>Concreto:</b> estrutura, propriedades e materiais. São Paulo: PINI, 1994.

<b>Componente Curricular:</b> Saneamento Básico
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a
<b>Ementa</b>
Qualidade da água bruta e tratada: padrões de potabilidade. Conhecimentos básicos de sistema de abastecimento de água: captação, adução, tratamento, reservação, distribuição. Conhecimentos básicos do sistema de esgotamento sanitário: coleta, transporte, tratamento e disposição final dos esgotos.
<b>Ênfase Tecnológica</b>
Conhecimentos básicos de sistema de abastecimento de água. Conhecimentos básicos do sistema de esgotamento sanitário.
<b>Área de Integração</b>
Sistemas Prediais I: Sistema de abastecimento de água, Sistema de esgoto sanitário.
<b>Bibliografia Básica</b>
LIBÂNIO, M. <b>Fundamentos de qualidade e tratamento de água.</b> Campinas: Átomo, 2008. NUVOLARI, A. (coord.). <b>Esgoto sanitário:</b> coleta, transporte, tratamento e reúso agrícola. São Paulo: Edgar Blücher, 2011. VON SPERLING, M. <b>Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos.</b> Belo Horizonte: UFMG, 2005.
<b>Bibliografia Complementar</b>
DI BERNARDO, Luiz, Dantas & DI BERNARDO, Angela. <b>Métodos e técnicas de tratamento de água.</b> São Carlos: RiMa, 2005. PHILIPPI, A. Jr. <b>Saneamento, saúde e ambiente:</b> fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005. VON SPERLING, M. <b>Lagoas de estabilização.</b> Belo Horizonte: UFMG, 2002.

O IF Farroupilha *Campus* Panambi, oferecerá de forma optativa aos estudantes a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS através de oficinas e/ou projetos. A carga horária destinada à oferta da disciplina optativa não faz parte da carga horária mínima do Curso.

No caso do estudante optar por fazer a disciplina de LIBRAS, deverá ser registrado no histórico escolar do estudante a carga horária cursada, bem como a frequência e o aproveitamento. O período de oferta/vagas, bem como demais disposições sobre a matrícula e disciplina optativa, serão regidas em edital próprio a ser publicado pelo *Campus*.

<b>Componente Curricular:</b> Iniciação a LIBRAS
<b>Carga Horária:</b> 40 h/a
<b>Ementa</b>
Breve histórico da Educação de Surdos; Conceitos Básicos de Libras; Introdução aos aspectos linguísticos da Libras; Vocabulário básico de Libras
<b>Bibliografia Básica</b>

ALMEIDA, E.C.; DUARTE, P. M. **Atividades Ilustradas em Sinais da Libras**. Editora Revinter, 2004.  
 GESSER, A. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.  
 KARNOPP, L. QUADROS, R. M. B. **Língua de Sinais Brasileira – Estudos Linguísticos**. Florianópolis, SC: Armed, 2004

**Bibliografia Complementar**

BOTELHO, P. **Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos**. Editora Autentica, Minas Gerais, 7-12,1998.  
 CAPOVILLA, F. C. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue – Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Edusp, 2003.  
 FELIPE, T. A. **Libras em Contexto**. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEESP, Brasília, 2001

## 5. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Os itens 5.1 e 5.2 descrevem, respectivamente, o corpo docente e técnico administrativo em educação, necessários para funcionamento do curso, tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período. Nos itens abaixo relacionados, estão dispostas às atribuições do coordenador de eixo tecnológico, do Colegiado de Eixo Tecnológico e as Políticas de Capacitação.

### 5.1. Corpo docente necessário para o funcionamento do curso

Descrição			
Nº	Formação	Nome	Titulação
1	Eng. Civil	Denizard Paulo Carvalho	Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Mestrando em Eng. Civil
2	Eng. Civil	Marcela Vilar Sampaio	Doutora em Eng. Agrícola
3	Arquiteta e Urbanista	Fabiane van Ass Malheiros	Especialização em Fundamentos do Projeto Arquitetônico Mestrado em Engenharia Civil
4	Arquiteta e Urbanista	Josiane de Oliveira Pillar Hinning	Mestre
5	Eng. Eletricista	Fabiano Utzig	Graduação
6	Eng. Mecânico	Marcelo Bataglin	Mestre
7	Licenciatura em Matemática	Roberta Goergen	Especialização em Estatística e Modelagem Quantitativa Mestrado em Modelagem Matemática
8	Licenciatura em Física	Sandra E. B. Nonenmacher	Especialização em Informática na Educação Mestrado em Educação nas Ciências
9	Bacharel em Informática	Sirlei Rigodanzo Kozlowski	Especialização em Informática na Educação Mestrado em Educação nas Ciências

10	Licenciatura Portuguesa/Inglês	Tamara Angélica Brudna da Rosa	Mestre em Educação nas Ciências
11	Licenciado em Filosofia	Uilson Linck	Mestre em Educação

### 5.1.1. Atribuições do Coordenador

O Coordenador do Eixo Tecnológico de Infraestrutura, no qual o Curso Técnico Edificações Subsequente faz parte, tem por fundamentos básicos, princípios e atribuições, assessorar no planejamento, orientação, acompanhamento, implementação e avaliação da proposta pedagógica da instituição, bem como agir de forma que viabilize a operacionalização de atividades curriculares dos diversos níveis, formas e modalidades da Educação Profissional Técnica e Tecnológica, dentro dos princípios da legalidade e da eticidade, e tendo como instrumento norteador o Regimento Geral e Estatutário do Instituto Federal Farroupilha.

A Coordenação de Eixo Tecnológico têm caráter deliberativo, dentro dos limites das suas atribuições, e caráter consultivo, em relação às demais instâncias. Sua finalidade imediata é colaborar para a inovação e aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução da política educacional do Instituto Federal Farroupilha, por meio do diálogo com a Direção de Ensino, Coordenação Geral de Ensino e Núcleo Pedagógico Integrado.

Além das atribuições descritas anteriormente, a coordenação de Eixo Tecnológico segue regulamento próprio aprovado pelas instâncias superiores do IF Farroupilha que deverão nortear o trabalho dessa coordenação.

### 5.1.2. Atribuições de Colegiado de Eixo Tecnológico

Conforme as Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IF Farroupilha, o Colegiado de Eixo Tecnológico é um órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico de Curso de cada curso técnico que compõe um dos Eixos Tecnológicos ofertados em cada *Campus* do IF Farroupilha e tem por finalidade, a implantação, avaliação, atualização e consolidação do mesmo.

O Colegiado de Eixo Tecnológico é responsável por:

Acompanhar e debater o processo de ensino e aprendizagem;

Promover a integração entre os docentes, estudantes e técnicos administrativos em educação envolvidos com o curso;

Garantir à formação profissional adequada aos estudantes, prevista no perfil do egresso e no PPC;

Responsabilizar-se com as adequações necessárias para garantir qualificação da aprendizagem no itinerário formativo dos estudantes em curso;

Avaliar as metodologias aplicadas no decorrer do curso, propondo adequações quando necessárias;

Debater as metodologias de avaliação de aprendizagem aplicadas no curso, verificando a eficiência e eficácia, desenvolvendo métodos de qualificação do processo, entre outras inerentes às atividades acadêmicas no *Campus* e atuará de forma articulada com o GT dos Cursos Técnicos por meio dos seus representantes de *Campus*.

## **5.2. Corpo Técnico Administrativo em Educação necessário para o funcionamento do curso**

O Técnico Administrativo em Educação no Instituto Federal Farroupilha tem o papel de auxiliar na articulação e desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas relacionadas ao curso, como o objetivo de garantir o funcionamento e a qualidade da oferta do ensino, pesquisa e extensão na Instituição.

O Instituto Federal Farroupilha *Campus* Panambi conta com um quadro Técnico Administrativo em Educação composto por: Pedagoga Bibliotecária, Assistente Administrativo, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Biblioteca, Técnico Laboratório de Química, Técnico em Assuntos Educacionais, Técnico Laboratório de Química, Técnico Laboratório de Biologia, Assistente Administrativo, Assistente Social, Técnico Laboratório de Química, Técnico em Assuntos Educacionais, Auxiliar de Biblioteca, Assistente de Alunos.

## **5.3. Política de capacitação para Docentes e Técnico Administrativo em Educação**

O Programa de Desenvolvimento dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos do IF Farroupilha deverá efetivar linhas de ação que estimulem a qualificação e a capacitação dos servidores para o exercício do papel de agentes na formulação e execução dos objetivos e metas do IF Farroupilha.

Entre as linhas de ação deste programa, estruturam-se de modo permanente:

- a) Formação Continuada de Docentes em Serviço;
- b) Capacitação para Técnicos Administrativos em Educação;
- c) Formação Continuada para o Setor Pedagógico;
- d) Capacitação Gerencial.

## **6. INSTALAÇÕES FÍSICAS**

O *Campus* oferece aos estudantes do Curso Técnico em Edificações, uma estrutura que proporciona o desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional, com vistas a atingir a infraestrutura necessária orientada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos conforme descrito nos itens a seguir:

## 6.1. Biblioteca

O Instituto Federal Farroupilha *Campus* Panambi, opera com o sistema especializado de gerenciamento da biblioteca, possibilitando fácil acesso acervo que está organizado por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso.

A biblioteca oferece serviço de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo virtual e físico, orientação bibliográfica e visitas orientadas. As normas de funcionamento da biblioteca estão dispostas em regulamento próprio.

A biblioteca do *Campus* Panambi conta com o Projeto de Ensino “Biblioteca em ação”, que tem o propósito de otimizar a biblioteca, bem como incentivar seus usuários, através da dinamização de seu ambiente. Formado por diversos subprojetos de natureza diversificada, o projeto possibilita o desenvolvimento de ações específicas, direcionadas aos estudantes para que estes possam interagir com um mundo de informação, de forma crítica e ativa.

## 6.2. Áreas de ensino específicas

Espaço Físico Geral	
Descrição	Qtde
Salas de aula com 35 carteiras, ar condicionado, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.	2
Auditório com a disponibilidade de 303 lugares estofados, 1 projetor multimídia, 2 Tela Projetor Multimídia, computador, sistema de caixa acústica e microfones, 2 Climatizador capacidade 30.000 BTU quente/frio, 2 Climatizador capacidade 60.000 BTU quente/frio, 2 mesas retangulares, 5 cadeiras estofados	1
Espaço de Convivência em frente à Cantina.	1
Espaço para lanchonete	1
Banheiros femininos com capacidade para 63 pessoas	7
Banheiros masculinos com capacidade para 63 pessoas	7
Biblioteca com capacidade para 62 alunos. Com 10 mesas circulares de coloração branca e 40 cadeiras fixas estofadas. Possui 6 locais para estudo individual, com cabine para estudo individual com divisórias nas laterais, mesa e cadeira fixa. 1 local para estudo em grupo com duas mesas circulares sendo que cada uma possui 3 cadeiras fixas. Possui 10 mesas para computador acompanhadas de 10 cadeiras fixas. Também possui 10 microcomputadores com processador Core 2 Duo, 2 Gb de memória RAM, HD de 160 Gb, monitor LCD, com conexão à Internet. Possui um roteador de 24 portas. Possui roteador Wireless.	1
Sala do NAPNE com capacidade para 12 alunos, climatizador, microcomputador, impressora.	1
Sala da Assistência estudantil com capacidade para 12 alunos, microcomputador, climatizador, Impressora de rede Laser modelo E 460 dn.	1
Sala para 4 professores, com microcomputadores, climatizador, armários.	1

Laboratórios	
Descrição	Qtde
Laboratório de Informática: sala com 32 computadores, ar condicionado, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.	2
Laboratório de Instalações elétricas: com bancada para trabalho, armário e climatizador.	1
Laboratório de Instalações hidrossanitárias: com bancada para trabalho, armário e climatizador.	1
Laboratório de aulas práticas: com bancada para trabalho, armário e climatizador, 2 betoneiras.	1
Ferramentaria: sala para guardar máquinas, equipamentos e ferramentas utilizadas nos laboratórios	1
Almoxarifado: sala para guardar materiais utilizados nos laboratórios.	1

### 6.3. Área de esporte e convivência

Esporte e convivência	
Descrição	Qtde
Sala de convivência para 36 alunos, com televisor, refrigerador, micro-ondas e climatizador.	1
Ginásio de esportes	1

### 6.4. Área de atendimento ao discente

Atendimento discente	
Descrição	Qtde
CAE – Coordenação de Assistência Estudantil	1

## 7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **LDB nº 9.394/96** – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 2012.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB 39/2004 - **Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/rede/legisla\\_rede\\_parecer392004.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf). Acesso em: 30 de abril de 2014.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução 06/2012 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Brasília: MEC/CNE, 2012.

\_\_\_\_\_. IF Farroupilha. Resolução CONSUP nº 102/2013 - **Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=168>>. Acesso em: 30 de abril de 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho.** 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOLL, Jaqueline. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil Contemporâneo.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

## 8. ANEXOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA  
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603  
E-Mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br



## RESOLUÇÃO - CONSELHO SUPERIOR Nº 19/2010

**Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações - Subsequente, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Panambi.**

O Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS, em reunião extraordinária realizada no dia 02 de julho de 2010, às 14 horas, no Auditório da Reitoria, no uso de suas atribuições e considerando os termos da Ata nº 04/2010,

### RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações, Subsequente, modalidade presencial, diurno/noturno, com periodicidade semestral, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Panambi, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2009, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U. de 24/08/2009.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 02 de julho de 2010.

### Homologação:

Alexandre Nunes Motta de Souza  
Augusto Felipe Sauer  
Mariana Rodrigues Volz  
Gilescio Antonio Cippolat  
José Augusto da Cunha Silveira  
Lêrida Pires Pávanelo  
Luiz Antônio Rocha Barcellos  
Carla Comerlato Jardim

Carlos Alberto Pinto da Rosa  
PRESIDENTE

Duciano dos Santos Garzotto  
Andressa do Couto Vieira  
Eva Eunice Melo Rodrigues  
José Valdeci da Silva Gomes  
Elvio Rosa dos Santos  
Delcímar Gonçalves Borin  
Roberto Trevisan  
Adriano Arriel Saquet



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA  
Rua Esmeralda, 430 - 97110-060 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603  
E-Mail: [gabreitoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@iffarroupilha.edu.br)



**RESOLUÇÃO - CONSELHO SUPERIOR Nº 59/2010**

**Aprova a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações, Subsequente, Modalidade Presencial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Panambi.**

O Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS, em reunião Ordinária, realizada no dia 22 de dezembro de 2010, às 9 horas, no Auditório da Reitoria, no uso de suas atribuições e considerando os termos da Ata nº 07/2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º - APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações, Subsequente, Modalidade Presencial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Panambi, de acordo com as competências delegadas ao Conselho pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008 - D.O.U. de 30/12/2008, regulamentadas pela Portaria nº 118/2009, de 20/08/2009 - D.O.U. de 24/08/2009.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Santa Maria, 22 de dezembro de 2010.

CONSELHEIROS

Alexandre Soares Motta de Souza

Augusto Felipe Strieder

Mariene Rodrigues Volz

Gilda Antonio Cippolat

José Artur Saldanha Silveira

Léila Pivoto Pavanelo

Luiz Antonio Rocha Barcellos

Carla Comerlato Jardim

Carlos Alberto Santa da Rosa  
PRESIDENTE CONSELHO SUPERIOR

Luziano da Costa Barzotto

Andressa do Couto Vieira - NC ♀

Eva Eunice Melo Rodrigues

José Valdetar da Silva Gomes

Elvio Rosa dos Santos - NC ♀

Delcímar Gonçalves Borin

Roberto Trevisan

Adriano Arriel Saquet

Cláudio Adalberto Koller - NC ♀



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA  
REITORIA  
Rua Esmeralda, 430 - Faixa Nova - Camobi - Santa Maria - RS  
Fone/FAX: (55) 3226 1603  
E-Mail: [gabreitoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:gabreitoria@iffarroupilha.edu.br)



**RESOLUÇÃO - AD REFERENDUM N° 16/2011**

**Autoriza a Pró-Reitoria de Ensino a realizar adequações dos Projetos Pedagógicos de Curso, de acordo com as Diretrizes Institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS**

O Reitor Pro *Tempore* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

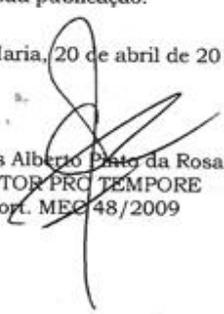
**Art. 1°** - AUTORIZAR a Pró-Reitoria de Ensino, por meio de sua Assessoria Pedagógica e Diretorias de Ensino dos *Campi* do Instituto Federal farroupilha, a adequar os Projetos Pedagógicos de Curso, de acordo com as Diretrizes Institucionais do IF FARROUPILHA.

**Art. 2°** As adequações que serão realizadas, nos Projetos Pedagógicos de Curso, não implicarão em mudanças no perfil profissional e na matriz curricular, já aprovados pelo Conselho Superior e referem-se aos seguintes itens:

- Capa - adequação às diretrizes institucionais;
- Sumário - adequação às diretrizes institucionais;
- Justificativa - adequação às diretrizes institucionais;
- Detalhamento - adequação às diretrizes institucionais;
- Requisitos de Acesso - adequação às diretrizes institucionais;
- Prática Profissional Integrada - sem alteração do número de horas;
- Estágio Curricular - sem alteração do número de horas;
- Trabalho de Conclusão de Curso - sem alteração do número de horas;
- Práticas Interdisciplinares - sem alteração do número de horas;
- Atividades Complementares - sem alteração do número de horas;
- Ementário - melhoria da apresentação e correções na linguagem;
- Critérios e Procedimentos de Avaliação da Aprendizagem - adequação às diretrizes institucionais;
- Critérios de Aproveitamento e procedimentos de Avaliação de Competências Profissionais anteriormente Desenvolvidas - adequação às diretrizes institucionais;
- Instalações, Equipamentos, Recursos Tecnológicos e Biblioteca - atualização de dados;
- Pessoal Docente e Técnico - atualização de dados;
- Expedição de Diploma e Certificados - adequação às diretrizes institucionais.

**Art. 3°** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 20 de abril de 2011.

  
Carlos Alberto Pinto da Rosa  
REITOR PRO TEMPORE  
Port. MEC 48/2009

## REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES SUBSEQUENTE

Panambi - RS – 2017

## CAPÍTULO I

### DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1º - O Estágio Curricular Supervisionado é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam cursando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, conforme estabelece o art. 1º da Lei nº 11.788/08.

Art. 2º - Este regulamento visa normatizar a organização, realização, supervisão e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado previsto para o Curso Técnico em Edificações Subsequente, observando obrigatoriamente as disposições previstas na Resolução CONSUP Nº 102/2013 de 02 de dezembro de 2013, Resolução CONSUP Nº 010/2016 de 30 de março de 2016 e na Instrução Normativa no05/2016 de 04 de agosto de 2016.

Art. 3º - A realização do Estágio Curricular Supervisionado tem como objetivos:

- I - oferecer aos alunos a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos e conhecer as relações sociais que se estabelecem no mundo produtivo;
- II - ser complementação do ensino e da aprendizagem, relacionando conteúdos e contextos;
- III - propiciar a adaptação psicológica e social do educando a sua futura atividade profissional;
- IV - facilitar o processo de atualização de conteúdos, permitindo adequar aqueles de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, econômicas e sociais;
- V - incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas;
- VI - promover a integração da instituição com a comunidade;
- VII - proporcionar ao aluno vivência com as atividades desenvolvidas por instituições públicas ou privadas e interação com diferentes diretrizes organizacionais e filosóficas relacionadas à área de atuação do curso que frequenta;

VIII - incentivar a integração do ensino, pesquisa e extensão através de contato com diversos setores da sociedade;

IX - proporcionar aos alunos as condições necessárias ao estudo e soluções dos problemas demandados pelos agentes sociais;

X - ser instrumento potencializador de atividades de iniciação científica, de pesquisa, de ensino e de extensão.

## CAPÍTULO II

### DAS INSTITUIÇÕES CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 4º – O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Técnico em Edificações Subsequente deve ser realizado em:

I - Empresas do ramo da construção civil, com profissional disponível para supervisionar e orientar o estudante durante as atividades realizadas no estágio;

§ 1º - Cabe ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha, por meio da Coordenação de Extensão/Setor de Estágio e Coordenação de Curso/Eixo, prever e organizar os meios necessários à obtenção e ao desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado.

§ 2º - A escolha da Parte Concedente e da área de interesse de realização do Estágio Curricular Supervisionado será de responsabilidade do educando, desde que as atividades a serem desenvolvidas no Estágio Curricular Supervisionado tenham relação com o curso.

§ 3º - O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser realizado no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, como parte concedente, desde que em setor/local que possibilite a realização das atividades previstas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

§ 4º - Para iniciar as atividades de Estágio Curricular Supervisionado é obrigatória a retirada da documentação específica (anexos I, II, III, IV, VI), pelo estudante, na Coordenação de Extensão/Setor de Estágio;

§ 5º - Durante a realização do Estágio Curricular Supervisionado, o estudante deverá estar segurado contra acidentes pessoais.

§ 6º – O Estágio Curricular Supervisionado será interrompido quando o estudante:

I - Trancar a matrícula;

II - Não se adaptar ao estágio, em um período mínimo de dez dias;

III - Não atender às expectativas da parte concedente;

IV- Não seguir as orientações do professor orientador;

### CAPÍTULO III

#### DA CARGA HORÁRIA, PERÍODO DE REALIZAÇÃO E JORNADA DIÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 5º - O Estágio Curricular Supervisionado no Curso Técnico em Edificações Subsequente terá duração de 100 (cem) horas.

Parágrafo único - O aluno do Curso Técnico em Edificações Subsequente poderá realizar o Estágio Curricular Supervisionado a partir do término do terceiro semestre do curso, sendo que o estudante deverá ter concluído com êxito todas as disciplinas do primeiro, segundo e terceiro semestre.

Art. 6º - Antes dos estudantes saírem para a prática do Estágio Curricular Supervisionado obrigatório, os mesmos deverão cumprir a carga horária destinada a atividades de Orientação de Estágio, que visa preparar o estudante para esta prática, bem como, orientá-lo para a elaboração do relatório de estágio (estrutura do relatório ANEXO IX).

Parágrafo único -O componente Orientação de Estágio conta com a carga horária de 10 horas relógio a ser desenvolvida nos dois primeiros meses do calendário acadêmico do 3º semestre, por meio de Oficinas ou Minicursos sobre temáticas como ética e postura profissional, legislação vigente sobre o Estágio Curricular Supervisionado e documentação institucional necessária à realização do estágio. Atividades essas desenvolvidas por profissionais como Psicólogo(a) Institucional, Chefias de Gestão de Pessoas de empresas locais conveniadas, Coordenação do Curso, Coordenação de Extensão, entre outros.

Art. 7º - A jornada diária do Estágio Curricular Supervisionado, limitada a seis horas diárias e trinta horas semanais, deverá ser compatível com o horário escolar do estudante e não poderá prejudicar as atividades escolares.

Art. 8º - Considerando a peculiaridade do curso Técnico em Edificações do IF Farroupilha, a orientação do estagiário não pressupõe o acompanhamento efetivo presencial por parte do professor Orientador; sendo assim possível o Estágio Curricular Supervisionado coincidir com o período de férias do orientador, desde que a fase inicial de orientação e elaboração do plano de atividade seja elaborado em conjunto com o professor orientador antes do período de férias do mesmo.

§ 1º - O acompanhamento presencial do estagiário é atribuição do Supervisor de Estágio, indicado pela parte concedente.

Parágrafo Único - O professor orientador deverá ser preferencialmente da área do Curso, e quando o requisito não for cumprido, a designação deverá ser justificada e realizada pela Coordenação do Curso/Eixo.

## CAPÍTULO IV

### DAS ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS PELO ESTUDANTE-ESTAGIÁRIO

Art. 9º - Ciente dos direitos e deveres que terá, junto à Parte Concedente, o estagiário deverá demonstrar responsabilidade no desenvolvimento normal das atividades e, paralelamente:

- I - prestar informações e esclarecimentos, julgados necessários pelo supervisor do estágio;
- II - ser responsável no desenvolvimento das atividades de estágio;
- III - cumprir as exigências definidas no Termo de Compromisso;
- IV - respeitar os regulamentos e normas;
- V - cumprir o horário estabelecido;
- VI - não divulgar informações confidenciais recebidas ou observadas no decorrer das atividades, pertinente ao ambiente organizacional que realiza o estágio;
- VII - participar ativamente dos trabalhos, executando suas tarefas da melhor maneira possível, dentro do prazo previsto;
- VIII - ser cordial no ambiente de estágio;
- IX - responder pelos danos pessoais e/ou materiais que venha a causar por negligência, imprudência ou imperícia;
- X - zelar pelos equipamentos e bens em geral da instituição;
- XI - observar as normas de segurança e higiene no trabalho;
- XII - entregar, sempre que solicitado, os relatos internos da instituição;
- XIII - enviar, em tempo hábil, os documentos solicitados.

§ 1º - O estudante deverá encaminhar à Coordenação de Extensão/setor de Estágio do *Campus* o Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado e Plano de Atividades de Estágio, assinado pelo estudante e pela Parte Concedente, em até cinco dias úteis após o início das ativi-

dades de Estágio Curricular Supervisionado. Compete ainda ao Estagiário retirar a documentação de Estágio na Coordenação de Extensão/Setor de Estágio do *Campus*, bem como realizar as atividades previstas no Plano de Atividades de Estágio.

§ 2º - É responsabilidade do estagiário entregar o relatório de estágio, elaborado de acordo com os critérios estabelecidos no anexo IX, assinado pelo professor orientador, dentro dos prazos estipulados pelo *Campus*, para a Coordenação de Curso/Eixo que encaminhará à Coordenação de Extensão/Setor de Estágio do *Campus*.

## CAPÍTULO V

### DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Art. 10º - Compete à Coordenação de Extensão/Setor de Estágio do *Campus*:

I - orientar Coordenadores de Curso/Eixo sobre trâmites legais para a realização do Estágio Curricular Supervisionado;

II - auxiliar o Coordenador de Curso/Eixo na orientação dos estudantes sobre os procedimentos para a realização do Estágio Curricular Supervisionado;

III - identificar, cadastrar e avaliar locais para a realização de estágios;

IV - divulgar oportunidades de estágio;

V - auxiliar os alunos na identificação de oportunidades de estágio;

VI - providenciar o termo de convênio, o termo de compromisso de estágio com a(s) Parte(s) Concedente(s), o respectivo Plano de Atividades de Estágio e demais documentos necessários.

VII - solicitar/verificar demais documentos obrigatórios para a realização do Estágio Curricular Supervisionado;

VIII - protocolar o recebimento do Plano de Atividades do Estágio;

IX - receber os relatórios periódicos do Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório.

Art. 11º – Compete à Coordenação do Curso/Eixo:

I - orientar e esclarecer os estudantes sobre as formas e procedimentos necessários para a realização do Estágio Curricular Supervisionado de acordo com o que prevê o Projeto Pedagógico do Curso;

II – designar o professor orientador de estágio;

III – acompanhar o trabalho dos orientadores de estágio;

IV – receber os relatórios periódicos do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório ou documento que substitua este, quando assim previsto no Projeto Pedagógico do Curso;

V - organizar o calendário das Defesas de Estágios quando previstas no Projeto Pedagógico do Curso;

VI – encaminhar os Relatórios Finais de Estágio à Banca Examinadora, com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência, quando prevista no Projeto Pedagógico do Curso;

VII- encaminhar para o Setor de Registros Escolares os resultados finais, para arquivamento e registro nos históricos e documentos escolares necessários;

VIII – encaminhar os relatórios do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório para arquivamento conforme normas institucionais de arquivo e acervo acadêmico;

Art. 12º - Compete à Diretoria de Ensino acompanhar junto à Coordenação do Cursos/Eixo a concretização da dimensão pedagógica do Estágio Curricular Supervisionado dos cursos técnicos e de graduação.

Art. 13º - Compete à Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção, acompanhar junto à Coordenação do Cursos/Eixo a concretização da dimensão pedagógica do estágio dos cursos de pós-graduação.

Art. 14º - Compete aos agentes de integração, como auxiliares do processo de aperfeiçoamento do Estágio:

I - identificar oportunidades de estágio;

II- ajustar suas condições de realização;

III - fazer o acompanhamento administrativo;

IV - encaminhar negociações de seguros contra acidentes pessoais;

V - cadastrar os estudantes;

Parágrafo único – É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração, pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

Art. 15º - Compete à parte concedente:

I – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

II – indicar supervisor, de seu quadro funcional, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento de desenvolvimento de estágio;

III – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, para a realização de Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório.

Art. 16º - Caberá ao Professor Orientador:

I - auxiliar o estagiário na elaboração do Plano de Atividades de Estágio Curricular Supervisionado;

II - orientar o estagiário durante as etapas de encaminhamentos e de realização das atividades de Estágio;

III - acompanhar as atividades de estágio;

IV - avaliar o desempenho do estagiário e o Relatório Final de Estágio;

V - participar da Banca de Avaliação de Estágio, quando prevista no PPC do Curso;

VI - comunicar irregularidades ocorridas no desenvolvimento do estágio à Coordenação de Extensão e ao Coordenador de Curso.

Art. 17º – Compete ao Estagiário:

I - encaminhar à Coordenação de Curso/Eixo a solicitação de Professor Orientador;

II - retirar documentação de Estágio na Coordenação de Extensão/Setor de Estágio do *Campus*;

III - entregar Carta de Apresentação da Entidade Educacional à Parte Concedente, quando encaminhado para estágio;

IV - elaborar o Plano de Atividades de Estágio Curricular Supervisionado (Anexo IV), sob orientação do Supervisor e do Professor Orientador;

- V - fornecer documentação solicitada pela Coordenação de Extensão/ Setor de Estágio do *Campus*, digital e impressa e em modelo fornecido quando for o caso;
- VI - participar de todas as atividades propostas pelas Coordenações responsáveis, pelo Professor Orientador e pelo Supervisor de Estágio;
- VII- Participar das reuniões de orientação de Estágio;
- VIII - enviar à Coordenação de Extensão/ Setor de Estágio do *Campus* uma via do Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado no prazo máximo de cinco dias úteis após o início das atividades de estágio na Parte Concedente;
- IX - elaborar e entregar o relatório de estágio conforme normas estipuladas pelo Projeto Pedagógico do Curso e especificadas no anexo IX.
- X - submeter-se à Banca de Avaliação de Estágio, quando prevista no PPC do Curso;
- XI - comunicar ao Professor Orientador e às Coordenações responsáveis, toda ocorrência que possa estar interferindo no andamento do Estágio.

Art. 18º – Compete ao Estagiário durante a realização do estágio na Parte concedente:

- I - prestar informações e esclarecimentos, julgados necessários pelo supervisor do estágio;
- II - ser responsável no desenvolvimento das atividades de estágio;
- III - cumprir as exigências definidas no Termo de Compromisso;
- IV - respeitar os regulamentos e normas;
- V - cumprir o horário estabelecido;
- VI - não divulgar informações confidenciais recebidas ou observadas no decorrer das atividades, pertinentes ao ambiente organizacional que realiza o estágio;
- VII - participara ativamente dos trabalhos, executando suas tarefas da melhor maneira possível, dentro do prazo previsto;
- VIII - ser cordial no ambiente de estágio;
- IX- responder pelos danos pessoais e/ou materiais que venha a causar por negligencia, imprudência ou imperícia;
- X- zelar pelos equipamentos e bens em geral;
- XI - observar as normas de segurança e higiene no trabalho;
- XII - entregar, sempre que solicitado, os relatórios internos da instituição;

XIII – enviar, em tempo hábil, os documentos solicitados;

Art. 19º - Compete ao Supervisor de Estágio da Parte Concedente:

I – acompanhar a elaboração e a realização do Plano de Atividades de Estágio Curricular Supervisionado;

II – enviar à instituição de ensino, com periodicidade máxima de seis meses, relatório de atividades desenvolvidas, com vista obrigatória ao estagiário;

III – enviar a Ficha de Avaliação do Estagiário, após o término do Estágio Curricular Supervisionado para a Coordenação de Extensão/ Setor de Estágio do *Campus*;

IV – por ocasião do desligamento do estagiário, encaminhar termo de realização do Estágio Curricular Supervisionado com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

§ 1º - O supervisor de Estágio da Parte Concedente deverá ter formação ou experiência profissional na área de conhecimento de desenvolvimento do estágio.

§ 2º - Não existindo essa condição caberá ao Coordenador de Curso/Eixo autorizar ou não a realização do Estágio Curricular Supervisionado.

## CAPÍTULO VI

### DO NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS POR ORIENTADOR

Art. 20º - Cabe ao aluno estagiário a escolha do Professor Orientador; contudo, o quantitativo de estagiários por Professor Orientador será preferencialmente intermediado pela Coordenação de Curso/Eixo de maneira equitativa, entre os professores do respectivo Curso, consideradas as especificidades do Estágio Curricular Supervisionado.

§ 1º - Em casos excepcionais, mediante solicitação justificada do aluno estagiário ou do seu Professor Orientador, poderá ser analisada a troca do Professor Orientador pela Coordenação do Curso/Eixo, após discussão pelo Colegiado do Curso.

## CAPÍTULO VII

### DO PROCESSO AVALIATIVO

Art. 21º - A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado será realizada em formulário próprio, preenchido pelo Supervisor da Parte Concedente e pelo Professor Orientador.

Art. 22º - O processo de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos Cursos constará de:

I - instrumento de avaliação da Parte Concedente (Termo de realização de Estágio Curricular Supervisionado) (Anexo V). Este critério terá peso 2 (dois) e será composto de 10 (dez) itens que serão avaliados da seguinte forma: Ótimo (2,0), Muito bom (1,5), Bom (1,0), Satisfatório (0,5) e Insatisfatório (0), sendo que a nota final será concebida pela média dos 10 (dez) itens;

II - a avaliação seguirá parâmetros definidos na Ficha de Avaliação de Defesa de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (Anexo VII); sendo que a explanação oral, a fim do estagiário defender o Estágio Curricular Supervisionado terá peso 5 (cinco) e o Relatório de Estágio terá peso 3 (três);

Art. 23º - Terá direito à Defesa de Estágio Curricular Supervisionado o estudante que:

I - cumprir a carga horária mínima de Estágio 100 horas;

II - entregar o relatório final de estágio, dentro dos prazos estipulados à Coordenação do Curso/Eixo que o encaminhará à Banca Examinadora.

Art. 24º - A Banca de Avaliação é soberana no processo de avaliação e terá as seguintes atribuições:

I - assistir a defesa do Estágio Curricular Supervisionado;

II - avaliar a defesa do Estágio Curricular Supervisionado por parte do estudante;

III - encaminhar os documentos de avaliação (Anexos VII e VIII) para a Coordenação de Extensão/Setor de Estágio do *Campus*.

Parágrafo Único - A Banca de Avaliação deverá ser composta por três avaliadores, sendo obrigatoriamente o Professor Orientador, um professor da área e um terceiro avaliador que poderá ser um docente, ou ainda, um convidado externo (exceto o supervisor de estágio da parte concedente), com formação na área de atuação superior ao avaliado.

Art. 25º - O período de duração da Defesa de Estágio será de até 40 minutos, sendo os primeiros 20 (vinte) minutos destinados à apresentação. Será atribuição da Banca de Avaliação adequar o restante do tempo para arguição, encaminhamentos e deliberações finais.

Parágrafo Único - As orientações para os membros da Banca de Avaliação serão repassadas pelo Coordenador de Curso/Eixo e de Extensão, sendo que a entrega do relatório final do Estágio Curricular Supervisionado à Banca Examinadora deve ser feita, com no mínimo 15 (quinze) dias úteis antes da defesa.

Art. 26º - A aprovação do aluno, no Estágio Curricular Supervisionado, estará condicionada:

I - ao cumprimento da carga horária mínima de Estágio, de 100 horas;

II - ao comparecimento para a Defesa do Estágio na data definida, salvo com justificativa amparada por lei;

III - à obtenção de Nota mínima 7,0 (sete);

IV - à entrega da versão final do Relatório de Estágio (01 cópia impressa/encadernada/colorida e 01 cópia digitalizada em CD-ROM, devidamente assinados pelo aluno, professor orientador, componentes da banca avaliadora e do coordenador do Curso/Eixo) no prazo estipulado pela Instituição, exceto em situações previstas em lei.

Art. 27º - Em caso de reprovação, expressa por escrito pela Banca de Avaliação, o aluno deverá refazer seu Estágio Curricular Supervisionado e apresentá-lo a banca novamente, obedecendo aos prazos do Setor de Estágio do *Campus* e aos prazos legais de conclusão de curso.

Parágrafo único - A Banca de Avaliação terá a possibilidade de vincular a aprovação a uma nova redação do Relatório de estágio, com prazos determinados pela própria banca, devendo os ajustes e recomendações serem entregues ao aluno por escrito e assinadas, respeitado o prazo limite da Instituição e aos prazos legais de conclusão de curso.

Art. 28º - Caso o orientador julgar que o estagiário não está apto para a defesa do Estágio Curricular Supervisionado, solicitará junto a Coordenação do Cursos/Eixo prorrogação do prazo para o estagiário defender seu Estágio Curricular Supervisionado, obedecendo aos prazos do Setor de Estágio do *Campus* e aos prazos legais de conclusão de curso.

Art. 29º - A Parte Concedente realizará avaliação mediante preenchimento do formulário próprio (Anexo V), enviado pela Coordenação de Extensão/Setor de Estágio do *Campus*.

Art. 30º - Os prazos para entrega dos documentos comprobatórios do Estágio Curricular Supervisionado, estabelecidos pela Coordenação de Extensão/Setor de Estágio, devem ser rigorosamente observados sob pena de o estudante não obter certificação final de conclusão do curso, em caso de inobservância dos mesmos.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31º - Existe ainda, para os estudantes que desejarem ampliar a sua prática de Estágio Curricular Supervisionado, para além da carga horária mínima estipulada na matriz curricular, a possibilidade de realizar estágio não obrigatório com carga horária não especificada, mediante con-vênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o Instituto Federal Farroupilha que garantam as condições legais necessárias.

Parágrafo único - O Estágio Curricular não obrigatório somente poderá ser realizado enquanto o aluno mantiver matrícula e frequência na Entidade Educacional, sendo obrigatória a prévia tramitação pelo Setor de Estágios.

Art. 32º - Quaisquer dúvidas que eventualmente venham a ocorrer referente ao Estágio Curricular Supervisionado e que não constem deste Regulamento deverão ser encaminhadas à Coordenação de Extensão/Setor de Estágio e Coordenador de Eixo, ou caso necessário, à Pró-Reitoria de Extensão que fornecerá as devidas orientações.

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE ESTAGIÁRIO (para anexar nos arquivos do estagiário)

Nome: \_\_\_\_\_

Curso: Técnico em Edificações Subsequente

Semestre: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

Prezado(a) Diretor(a)

Eu \_\_\_\_\_, estudante do Curso Técnico em Edificações Subsequente, do Instituto Federal Farroupilha, matrícula nº \_\_\_\_\_, venho por meio deste solicitar a Vossa autorização para a realização do Estágio

\_\_\_\_\_

nesta instituição.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do Estudante

\_\_\_\_\_

Assinatura do Professor(a) Orientador(a) de Estágio

Espaço para considerações da Direção da Instituição pretendida para estágio:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura e Carimbo do Diretor da Instituição

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE ESTAGIÁRIO (para deixar na instituição de estágio)

Nome: \_\_\_\_\_

Curso: Técnico em Edificações Subsequente Semes-  
tre: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

Prezado(a) Diretor(a)!

Eu \_\_\_\_\_, estudante do Curso Técnico em Edificações Subse-  
quente, do Instituto Federal Farroupilha, matrícula nº \_\_\_\_\_, venho por meio  
deste solicitar a Vossa autorização para a realização do Estágio

\_\_\_\_\_

nesta instituição.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do Estudante

\_\_\_\_\_

Assinatura do Professor(a)

Orientador(a) de Estágio

ANEXO II

FICHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Nome: \_\_\_\_\_

Curso: Técnico em Edificações Subsequente

Semestre: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

Professor(a) Orientador(a) de Estágio: \_\_\_\_\_

Estágio realizado (quando tiver mais de uma etapa):

\_\_\_\_\_

REGISTRO DE ATIVIDADE DE ESTÁGIO

DATA \_\_\_\_\_

ATIVIDADE DESENVOLVIDA:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

CARGA HORÁRIA : \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do Estudante

\_\_\_\_\_

Assinatura do Professor(a)

Orientador(a) de Estágio

ANEXO III

FICHA DE CONFIRMAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Estagiário: \_\_\_\_\_

Parte Concedente: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

Área de atuação: \_\_\_\_\_

Área ou Setor do estágio: \_\_\_\_\_

Endereço onde realizará o estágio: \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_

Município/Estado: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Telefo-  
ne: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Supervisor do Estagiário na Parte Concedente:

\_\_\_\_\_

E-mail do Supervisor do Estágio:

\_\_\_\_\_

Início do estágio: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Previsão de término: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A empresa oferece:      SIM      NÃO

- Alimentação      ( ) ( )

- Moradia( ) ( )

- Remuneração( ) ( ) R\$ \_\_\_\_\_,\_\_\_\_

- Transporte( ) ( ) R\$ \_\_\_\_\_,\_\_\_\_

Previsão da devolução do Termo de Compromisso: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Carimbo e assinatura da Parte Concedente

## ANEXO IV

### PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTAGIÁRIO

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Telefone: ( \_\_ ) \_\_\_\_\_

Cel: ( \_\_ ) \_\_\_\_\_

Curso do Estagiário: \_\_\_\_\_

Professor Orientador: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Telefone: ( \_\_ ) \_\_\_\_\_

#### 2. IDENTIFICAÇÃO DA PARTE CONCEDENTE

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefones: ( \_\_ ) \_\_\_\_\_

Supervisor: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Telefone: ( \_\_ ) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### 3. PREVISÃO DE ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS

---

---

---

#### 4. PERÍODO DE ESTÁGIO

Início: \_\_/\_\_/\_\_\_\_ Previsão de Término: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

---

Aluno – Estagiário

---

Supervisor – Parte Concedente

---

Professor Orientador

---

Coordenação de Extensão/Setor de Estágio

## ANEXO V

### TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

(Avaliação do Estagiário pela Parte Concedente)

#### 1ª Parte – Identificação

Nome do Estagiário:

Curso:

Nome da Parte Concedente:

Endereço:

Cidade:Estado:

CEP:Fone/Fax:Endereço Eletrônico:

Área de Atuação:

Definição da área do estágio:

Início do Estágio:Término do Estágio:Total de Horas do Estágio:

#### 2ª Parte – Resumo das atividades desenvolvidas pelo aluno

---

---

---

#### 3ª Parte – Avaliação do Estagiário

##### 1 – RENDIMENTO

Qualidade, rapidez, precisão com que executa as tarefas integrantes do programa de estágio.

( ) ótimo      ( ) muito bom      ( ) bom      ( ) satisfatório      ( )  
insatisfatório

##### 2 – FACILIDADE DE COMPREENSÃO

Rapidez e facilidade em entender, interpretar e colocar em prática instruções e informações verbais ou escritas.

( ) ótimo            ( ) muito bom            ( ) bom            ( ) satisfatório            ( ) insatisfatório

### 3 – CONHECIMENTOS TÉCNICOS

Conhecimento demonstrado no cumprimento do programa de estágio, tendo em vista sua escolaridade.

( ) ótimo            ( ) muito bom            ( ) bom            ( ) satisfatório            ( ) insatisfatório

### 4 – ORGANIZAÇÃO, MÉTODO DE TRABALHO E DESEMPENHO

Uso de recursos, visando melhoria na forma de executar o trabalho.

( ) ótimo            ( ) muito bom            ( ) bom            ( ) satisfatório            ( ) insatisfatório

### 5 – INICIATIVA-INDEPENDÊNCIA

Capacidade de procurar novas soluções, sem prévia orientação, dentro dos padrões adequados.

( ) ótimo    ( ) muito bom    ( ) bom    ( ) satisfatório    ( ) insatisfatório

### 6 – ASSIDUIDADE

Assiduidade e pontualidade aos expedientes diários de trabalho.

( ) ótimo            ( ) muito bom            ( ) bom            ( ) satisfatório  
( ) insatisfatório

### 7 – DISCIPLINA

Facilidade em aceitar e seguir instruções de superiores e acatar regulamentos e normas.

( ) ótimo            ( ) muito bom            ( ) bom            ( ) satisfatório            ( ) insatisfatório

### 8 – SOCIABILIDADE

Facilidade e espontaneidade com que age frente a pessoas, fatos e situações.

( ) ótimo            ( ) muito bom            ( ) bom            ( ) satisfatório

insatisfatório

#### 9 – COOPERAÇÃO

Atuação junto a outras pessoas, no sentido de contribuir para o alcance de um objetivo comum; influência positiva no grupo.

ótimo       muito bom       bom       satisfatório

insatisfatório

#### 10 – RESPONSABILIDADE

Capacidade de cuidar e responder pelas atribuições, materiais, equipamentos e bens da empresa, que lhe são confiados durante o estágio.

ótimo       muito bom       bom       satisfatório

insatisfatório

#### 4ª Parte – Parecer Descritivo

---

---

---

#### 1 – SUGESTÕES À INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO DO ALUNO

---

---

---

#### 2 – ASPECTOS PESSOAIS QUE POSSAM TER PREJUDICADO O RENDIMENTO DO ALUNO NO ESTÁGIO

---

---

---

#### 3 – A EMPRESA CONTRATARIA UM TÉCNICO COM ESSE PERFIL PARA OCUPAR UMA VAGA NO SEU QUADRO DE PESSOAL.

Sim                                       Não

Observação

---

---

---

Supervisão do Estágio

Nome: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura Supervisor: \_\_\_\_\_

OBS.: A avaliação do Supervisor de Estágio é um dos critérios para Aprovação do Estágio.

ANEXO VI

CONFIRMAÇÃO DE DADOS PARA CONVÊNIO DE ESTÁGIO CURRICULAR

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

ÁREA DE ATUAÇÃO DA EMPRESA:

\_\_\_\_\_

REPRESENTANTE LEGAL:

\_\_\_\_\_

CARGO/FUNÇÃO: \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: (SEDE E LOCAL DE ESTÁGIO SE FOREM DISTINTOS)

\_\_\_\_\_ Nº. \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO/ESTADO: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

TELEFONE: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

ÁREA OU SETOR PARA ESTÁGIO:

\_\_\_\_\_

SUPERVISOR DO ESTAGIÁRIO:

\_\_\_\_\_

CARGO/FORMAÇÃO:

\_\_\_\_\_

E-MAIL DO SUPERVISOR DO ESTÁGIO: \_\_\_\_\_

ANEXO VII

Ficha de Avaliação Final do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

Curso: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES SUBSEQUENTE

Campus: \_\_\_\_\_

Aluno (a): \_\_\_\_\_

ATA DE DEFESA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

20\_\_

Aos \_\_\_\_\_

realizou-se na sala \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_h, a apresentação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do(a) aluno(a)

\_\_\_\_\_ do Curso Técnico em Edificações Subsequente, turma \_\_\_\_\_. A banca foi composta por \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

Sendo assim, considera-se o(a) aluno(a)

\_\_\_\_\_.

Nada mais havendo a tratar, eu \_\_\_\_\_ lavro a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

## ANEXO IX

### CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

#### Curso Técnico em Edificações- subsequente

Para realização do relatório de estágio, o estudante deve seguir as orientações gerais para elaboração de relatório de atividade de estágio curricular obrigatório do IF Farroupilha (PROEX Nº 02/2010), tanto para a estrutura quanto para a apresentação geral gráfica do relatório de estágio. Entretanto, no relatório, deve-se acrescentar o item Revisão de Literatura, anterior ao item (Desenvolvimento) das orientações da PROEX Nº 02/2010.

A estrutura do relatório de estágio deverá ser da seguinte maneira:

#### 1. Elementos Pré-Textuais

Capa

Folha de Rosto

Folha de Assinaturas

Dados de Identificação

Dedicatória (optativo)

Agradecimentos (optativo)

Epígrafe (optativo)

Lista de Figuras (se houver)

Lista de Tabelas (se houver)

Lista de Abreviaturas (optativo)

Sumário

#### 2. Elementos Textuais (todos obrigatórios)

Introdução

Revisão de Literatura

Desenvolvimento

Considerações Finais

3. Elementos Pós-Textuais

Referências

Anexos (optativo)

Apêndices (optativo)

Os elementos textuais devem conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

### 1. INTRODUÇÃO

Visa situar o leitor no assunto num contexto global. Apresenta o tema e justifica sua escolha; delimita, através dos objetivos, gerais e específicos, o que foi observado ou investigado.

### 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Deve estar de acordo com o tema selecionado pelo estagiário. Base teórica do assunto, apresentando os pontos de vista dos autores (referenciados no texto) acerca do tema, destacando-se posições semelhantes e divergentes, ou seja, elaborada a partir de uma análise interpretativa própria das ideias dos diversos autores.

### 3. DESENVOLVIMENTO

Em se tratando de um relatório de estágio realizado no acompanhamento de atividades (propriedades rurais, assistência técnica, unidades de pesquisa, entre outras), o desenvolvimento deve conter os seguintes aspectos: descrição das atividades (fazendo o uso de imagens e dados técnicos) e discussão destes dados com embasamento técnico-científico, visando o aprimoramento das atividades acompanhadas.

Em se tratando de uma pesquisa o mesmo deve ser estruturado da seguinte maneira:

- Materiais e Métodos:

Descrição do objeto da pesquisa; elenco dos materiais e equipamentos; detalhamento das atividades e tarefas executadas (incluindo, técnicas de amostragem e de coleta de dados) e procedimentos para análise dos dados.

Resultados e discussões:

Apresentação de todos os resultados e dados obtidos, devendo o aluno fazer uma análise crítica dos mesmos, discutindo-os, comparando-os com os resultados esperados e com a base teórica.

#### 4. CONCLUSÃO ou CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resultante de uma análise crítica do trabalho executado, contrastando os objetivos e os resultados encontrados.

Observação- Tendo em vista as particularidades do Curso Técnico em Edificações - subsequente, aconselha-se que o relatório do Estágio Curricular Supervisionado tenha no mínimo 30 páginas.